

Agosto de 2008 • Ano 5 • nº 46

www.desafios.ipea.gov.br

desafios

ipea

Exemplar de Assinante

do desenvolvimento



Onde mora o perigo

Pesquisa identifica as características marcantes dos trechos mais perigosos nas estradas brasileiras

RAPHAEL DE A. MAGALHÃES

“Brasil-potência virou palavrão, mas o destino brasileiro não pode ser soldado à exportação de primários”

NOVAS INSTITUIÇÕES

Pensadores de todo o mundo se reúnem para definir o objetivo da esquerda sobre igualdade

MELHORES PRÁTICAS

Em uma das regiões mais pobres do país, sobressai projeto feito com o cidadão, e não para o cidadão

Revista

desafios

do desenvolvimento

Acesse

www.desafios.ipea.gov.br

ou

www.ipea.gov.br

Brasília - Livraria Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

CEP: 70.076-900

Telefone: (61) 3315 5336

Correio Eletrônico: desafios@ipea.gov.br

Rio de Janeiro - Posto de Venda

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 - 10º andar

CEP: 20.020-010

Telefone: (21) 3515 8522

Correio Eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Carta ao leitor

Além da dramática perda de vidas humanas, o elevado número de acidentes nas rodovias brasileiras cobra altos custos da sociedade. Por isso, é da maior importância conhecer a fundo as causas do problema e encontrar soluções exequíveis dentro do quadro de escassez de recursos que caracteriza esse e outros segmentos da vida nacional. A contribuição desta edição da revista **Desafios do Desenvolvimento** foi buscar um trabalho sobre as condições das estradas brasileiras, cuja elaboração por parte de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e por outros especialistas convidados exigiu cuidadosas visitas aos locais mais perigosos. Assim, podemos também contribuir para pôr uma luz sobre o tema. É a reportagem que ilustra a capa desta edição.

Grande destaque também foi reservado nesta edição para a discussão sobre o futuro do pensamento de esquerda no mundo, aproveitando a realização, em agosto, no Rio de Janeiro, do seminário Instituições para Inovação, realização da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, à qual é vinculado o Ipea. Além de retratar o tema de fundo do evento, a reportagem traz três importantes entrevistas com convidados estrangeiros que vieram ao país nessa ocasião.

Outro tema de destaque é uma abordagem jornalística da questão da inserção soberana do Brasil no mundo atual, em reportagem que casa esse tema com o anúncio do novo Plano Estratégico Nacional de Defesa. Para um país que almeja o *status* de grande potência e pretende ter voz no cenário das nações, é chegada a hora de ampliar o debate sobre os ricos aspectos desse tema.

A entrevista desta edição traz, como nos meses anteriores, mais um dos membros do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Desta vez é o ex-ministro Rafael de Almeida Magalhães, que em seu estilo descontraído descreve um projeto de desenvolvimento coerente para o Brasil e delinea o arcabouço político possível para realizá-lo. Recomendando a leitura da entrevista, começando na página 8.

Na reportagem dedicada aos temas macroeconômicos, discutimos a sustentabilidade da dívida pública brasileira, apresentando as diversas e conflitantes abordagens que se apresentam ao debate. Felizmente, as conclusões divergem apenas quanto ao grau de tranquilidade que vai presidir a rolagem da dívida brasileira.

E na reportagem mensal sobre Melhores Práticas, um projeto muito interessante desenvolvido em uma das áreas de baixa renda do litoral da Bahia acende uma chama de esperança. Seus excelentes resultados o levaram a ser agraciado com o prêmio ODM Brasil em sua última edição. E os leitores poderão conhecer esse notável projeto social a partir da página 52.

Além disso, o leitor encontrará, como de hábito, as seções Giro, Circuito, Estante, Indicadores e Cartas, e um amplo espaço de quatro páginas dedicadas à opinião de especialistas, com excelentes artigos de variados temas.

Boa leitura.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
www.desafios.ipea.gov.br **do desenvolvimento**

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos, Carlos Sávio
G. Teixeira, Dóris Magda Tavares Guerra, Estanislau
Maria, Jorge Abrahão de Castro, Jorge Luiz de Souza,
José Aparecido Carlos Ribeiro, Maria da Piedade
Morais, Marina Nery e Roberto Müller Filho

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho
EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza
BRÁSILIA Edla Lula
RIO DE JANEIRO Luiz Fernando Dutra
SÃO PAULO Cláudia Izique e Manoel Schindwein
EDITORA DE ARTE Débora de Bem
ASSISTENTE DE ARTE Cleber Estevam
JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

FOTOGRAFIA Guito Moreto
TEXTO Maria José Quadros e Pedro Burgos
ILUSTRAÇÃO Erika Onodera
REVISÃO Mauro de Barros
FOTO DA CAPA Antônio Gaudério/Folha Imagem

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

 **segmento**

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.
RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CL. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

desafios

do desenvolvimento

Sumário

- 8 Entrevista – Raphael de Almeida Magalhães**
“O destino brasileiro não pode ser soldado à exportação de primários”, diz ex-ministro
- 16 Instituições – Depois da tempestade, a Nova Esquerda**
Pensadores de todo o mundo se reúnem para definir o objetivo da esquerda sobre igualdade
- 32 Defesa Nacional – O espírito de Heitor**
O mais pacifista entre os grandes países debate tema até agora restrito ao ambiente militar
- 38 Dívida Pública – A sustentabilidade em questão**
Há conclusões conflitantes sobre o grau de tranquilidade na rolagem da dívida brasileira
- 44 Rodovias – Onde mora o perigo**
Pesquisa identifica as características marcantes dos trechos mais perigosos das estradas
- 52 Melhores Práticas – Terra rica, povo pobre**
Em uma das regiões mais pobres do país, projeto é feito com o cidadão, e não para o cidadão

Seções

- 6 Giro
- 60 Circuito
- 62 Estante
- 64 Indicadores
- 66 Cartas

Artigos

- 15 **Os sem-teto do centro da cidade**
Leda Velloso Buonfiglio
- 31 **Um novo marco para o petróleo**
José Matias-Pereira
- 51 **Reabilitação de áreas urbanas centrais**
Renato Nunes Balbim
- 59 **Para reduzir a desigualdade regional**
Henrique Villa da Costa Ferreira e
Antônio Roberto Albuquerque Silva



Amazônia

Vestígios de grandes comunidades entre 1250 e 1650

Pesquisadores brasileiros e norte-americanos encontraram vestígios de comunidades com até 5 mil pessoas que viveram na Amazônia antes da chegada dos colonizadores europeus, entre 1250 e 1650. Em torno desses assentamentos foram encontrados sinais de represas e lagos artificiais, indicando que os habitantes do local criavam peixes em áreas próximas à sua moradia. O trabalho foi publicado na edição da revista *Science* de 29 de agosto. “Se analisarmos as vias medievais médias ou as pólis gregas, veremos que a maioria tinha uma escala semelhante à que era encontrada na floresta amazônica”, disse Michael Heckengerger, da Universidade da Flórida, um dos autores do estudo. A pesquisa aponta que os assentamentos foram formados por redes de vilas muradas e vilarejos, organizados em torno de uma praça central onde eram conduzidos os rituais. Os pesquisadores levaram mais de uma década para identificar e mapear essas comunidades antigas. Contaram com auxílio de satélites, GPS e dos kuikuros, descendentes desses grupos.



Foto: Getty Images

Favelas

Pesquisa compara ocupação em São Paulo e Mumbai

Um grupo de pesquisa internacional liderado pela França está fazendo um amplo estudo comparativo sobre os processos de urbanização e regularização fundiária de favelas no Brasil e na Índia. O programa começou em 2007 e tem foco no tratamento dado à favela pelo poder público e a pressão das ocupações sobre as florestas periurbanas. A intenção é utilizar métodos comparativos para entender melhor os mecanismos subjacentes à ocupação ilegal e analisar os diferentes desafios e soluções encontradas por cada um dos dois países. Os trabalhos de campo já começaram em Mumbai

e São Paulo e os primeiros resultados serão apresentados no final de 2009. O Brasil tem 80% da população morando em cidades e a Índia, 30%. Mumbai, no entanto, já tem 20 milhões de habitantes. “Podemos prever que o país poderá ter cidades de 60 milhões de habitantes dentro de alguns anos. E a ocupação ocorrerá especialmente em áreas de florestas, consideradas vazias por quem não tem onde morar”, afirmou Hervé Théry, um dos coordenadores da pesquisa, em seminário promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA), da Universidade de São Paulo (USP).

África

Tecnologia brasileira de biocombustíveis para 15 países

O Banco de Investimento e Desenvolvimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (BIDC/Cedeao) quer o respaldo técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para implantar projeto de produção de biocombustíveis em 15 países da região. O banco considera que o aumento do preço do barril do petróleo tem influência direta no aumento da pobreza e que não há risco de os investimentos em agroenergia comprometerem a produção de alimentos. “Temos terras para ambos”, justifica o presidente do banco, Christian Adovelande, que esteve no Brasil, em visita à Embrapa.



Fotomontagem: Stooxport

Projeto concilia exploração econômica e preservação

O projeto Fênix Amazônico, coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) em parceria com o Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), quer desenvolver um ecossistema de empreendimentos sustentáveis e, ao mesmo tempo, recuperar áreas degradadas na região. Os grupos de pesquisadores das duas entidades trabalham em duas frentes. Na primeira, arquitetam um sistema de produção com maquinário relativamente barato e simples que permita às comunidades rurais absorver a tecnologia. Na segunda, buscam desenvolver materiais compósitos com tecnologia de fabricação mais avançada. Já estão em andamento os testes para verificar a viabilidade do emprego das fibras de madeira balsa e da embaúba, assim como de fibras vegetais de bambu e mamona em compósitos com termoplástico, em especial poliolefinas e PVC reciclado a partir de resíduos urbanos. A idéia é plantar espécies pioneiras ou colonizadoras, de crescimento rápido, para recuperar áreas degradadas, que poderiam ser utilizadas nos compósitos, preservando as madeiras nobres, de crescimento lento.



Foto: Sxc.hu

Instituto Confúcio da Unesp forma professores de mandarim

O reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marcos Macari, e o embaixador da China no Brasil, Chen Duqing, assinaram convênio para a instalação, em São Paulo, do Instituto Confúcio da Unesp (Icunesp), voltado para formar professores de mandarim, patrocinar atividades acadêmicas e prestar serviços de consultoria para brasileiros que pretendam estudar na China. O instituto funcionará no prédio da Editora Unesp, na praça da Sé, centro de São Paulo. A administração do Icunesp ficará a cargo da universidade. Já os professores e um diretor serão selecionados pelo Instituto Confúcio chinês, vinculado ao Ministério da Educação da China, que tem sede em Pequim e mais de cem unidades espalhadas pelo mundo, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa.

Registros astronômicos encontrados na arte rupestre

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) inaugurou em Belém a mostra *Olhando o Céu da Pré-História: Registros Arqueo-astronômicos no Brasil*. A exposição, que estará em cartaz até janeiro de 2009, apresenta a interpretação dos



Foto: MPEG

astrônomos sobre diversos vestígios arqueológicos encontrados em diferentes regiões do país, revelando uma parcela do conhecimento astronômico das sociedades que habitaram o Brasil há milhares de anos. A arqueoastronomia brasileira se vale principalmente da arte rupestre para estudar povos antigos e avaliar como o movimento dos corpos celestes influenciou suas vidas. Vários sítios arqueológicos com arte rupestre apresentam motivos astronômicos, como Monte Alegre, no Pará; Xambioá, em Tocantins; Pedra do Ingá, na Paraíba; Central e Xique-Xique, na Bahia; e Vale do Concha e Varzelândia, em Minas Gerais.

Foto: Stockport

Medicina ayurvédica

Remédios populares na Índia contêm agentes nocivos à saúde

A análise de produtos utilizados na medicina ayurvédica – populares na Índia e em parte do sudeste asiático –, vendidos pela internet, revelou que pelo menos um quinto deles continha níveis elevados de chumbo, mercúrio e arsênio. O estudo foi publicado no *Journal of the American Medical Association*, em agosto. A concentração dos metais foi medida por meio de espectroscopia de fluorescência de raios X. Dos produtos analisados, 95% eram vendidos por sites norte-americanos. Os autores sugerem que as regulações da Food and Drug Administration (FDA) para esse tipo de produto sejam revistas de modo a especificar com mais exatidão os riscos e dosagens máximas de cada um.

Raphael de Almeida

Magalhães



Foto: Gallo Moreno

“O destino brasileiro não pode ser soldado à exportação de primários”

“**E**u não sou contra a exportação de primários, mas todos os produtos primários que exportamos permitiriam agregação de valor: a soja poderia ser óleo de soja, a celulose poderia ser papel, o minério de ferro poderia ser produtos siderúrgicos. O Estado pode entrar nisso como indutor”

Por **Jorge Luiz de Souza**, do Rio de Janeiro

Desafios – Qual é a sua principal preocupação no cenário do desenvolvimento brasileiro atual?

Raphael de Almeida Magalhães – É com a desqualificação da política como atividade fundamental para a construção de uma sociedade socialmente consistente e justa, e à altura da expectativa da nação brasileira. A política tem sido sistematicamente relegada a um plano secundário, com uma hegemonia clara da economia como centro de discussão das questões da sociedade. A hora é extremamente oportuna para uma reavaliação desta relação entre política e economia. Não nos esqueçamos de que a economia é antes de tudo um assunto de natureza política, e não de natureza técnica. A questão do desenvolvimento econômico é essencialmente de natureza política. Trata-se de mobilizar a vontade coletiva para que o conjunto da sociedade brasileira alcance, num determinado tempo, um determinado grau de evolução que consista em bem-estar para o conjunto da população. A questão técnica refe-

re-se a que instrumentos devem ser mobilizados ou acionados para que o objetivo do desenvolvimento econômico e social seja atingido. Há claramente uma subversão dessa equação de algum tempo atrás até hoje. A questão econômica prevalece sobre o objetivo político, que deveria dar sustentação às políticas econômicas. É a política que traça a maneira pela qual se pode construir uma sociedade inclusiva, que atenda à população e corresponda aos objetivos iminentes ao conjunto dos brasileiros, que querem uma sociedade próspera, rica, com a renda bem distribuída, com os problemas da totalidade da população resolvidos.

Desafios – Desde quando vem essa distorção?

Magalhães – O Brasil teve ao longo da sua história uma clara vocação para o crescimento econômico. O país atingiu taxas consideráveis de crescimento no pós-guerra, período interrompido em meados dos anos 1970. Mas, naquele tempo, a taxa de crescimento brasileira se situava

acima da média mundial, o que permitiu que a sociedade brasileira evoluísse de uma estrutura eminentemente agrária, pastoril, de base de produtos primários, cujo principal produto era o café, que tinha mercado internacional, para uma sociedade industrializada, urbanizada, em um tempo extremamente curto. O último ensaio de política desenvolvimentista no país ocorreu sob o governo do general Ernesto Geisel. Ele assumiu em 1974 e propôs o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que projetava uma taxa de crescimento médio anual para o quinquênio em torno de 9%. Essa trajetória, que reproduzia a taxa de crescimento do país durante o período do presidente Emílio Garrastazu Médici, que foi acima de 10% ao ano, nos colocaria na taxa de crescimento que a China alcança hoje. Portanto, o Brasil, em um passado recente, já alcançou uma taxa de crescimento equivalente ao que se denomina hoje de “milagre chinês”. Só que a taxa de crescimento da China acima de 10% ao ano tem uma duração já superior a 20 anos, o que evidentemente já transformou a China na grande potência emergente do nosso tempo e em centro dinâmico da economia mundial.

Desafios – O Brasil tinha a chance de fazer à mesma coisa?

Magalhães – Essa trajetória, que envolvia planejamento e um Estado organizador do projeto de desenvolvimento econômico, se interrompe com a crise dos anos 1970,

Trânsito da direita para a esquerda

Pioneiro no país no cargo de secretário estadual de Planejamento — ocupou a pasta no governo de Carlos Lacerda, no antigo Estado da Guanabara, de 1960 a 1964 —, o advogado Raphael Hermeto de Almeida Magalhães, de 77 anos, mineiro de Belo Horizonte, dedicou a maior parte de sua vida à política: foi vice-governador e governador em exercício da Guanabara em 1964/1965, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) de 1967 a 1970, vice-líder do governo do general Arthur da Costa e Silva na Câmara dos Deputados em 1967 e ministro da Previdência em 1986/1987, durante a presidência de José Sarney.

Magalhães migrou para o Rio de Janeiro para estudar e graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio em 1956, tendo inicialmente exercido a advocacia, seguindo os passos do pai, o renomado advogado e jornalista Dario de Almeida Magalhães, até ingressar na política em 1960. Como secretário estadual, também presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara (Ceduc) em 1963/1965. Como advogado, defendeu o escritor Nelson Rodrigues e, como governador, liberou a peça *Album de Família*, interdita por quase duas décadas.

Hoje, dedica-se novamente ao próprio escritório de advocacia e participa dos conselhos de administração de algumas empresas privadas — a Companhia de Seguros Aliança do Brasil, desde 1999; a MMX Mineração e Metálicos, desde 2006; e a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, desde 2007. Também foi membro do conselho de administração da Light Serviços de Eletricidade em 2006/2007, vice-presidente de Planejamento do Grupo Atlântica Boavista de Seguros em 1973/1976, diretor da Light Companhia de Eletricidade em 1972/1974 e presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados em 1971/1973.

Este ano, passou a fazer parte do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Antes disso, seu último cargo público foi o de secretário-executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro, de 1995 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Magalhães foi também secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio em 1988, membro da Comissão de Estudos Constitucionais em 1985/1986, presidente da Comissão de Reformulação da Política Habitacional em 1985/1986 e encarregado da elaboração do anteprojeto de lei de organização do sistema de previdência dos servidores públicos do Estado do Paraná em 1991.

que tem alguns componentes tópicos, que foi o caso da subida dos preços do petróleo, quando a Opep se organiza, e segue-se à crise da dívida dos anos 1980. O Brasil interrompe aí uma trajetória de crescimento econômico e não retoma mais. A ponto de hoje a perspectiva de uma taxa de crescimento de 5% anuais ser considerada já um desempenho razoável. É essa tentativa de reconstruir uma ambiciosa taxa de crescimento que eu acho que deve presidir o debate político dos nossos dias, porque o país tem tudo para retomar o crescimento em torno de 10% ao ano. Esse deveria ser o objetivo político a ser perseguido, e a instrumentação econômica deveria dotar o país dos instrumentos necessários para alcançar essa taxa, que permitiria ao Brasil se incorporar ao grupo das grandes potências com uma taxa de renda média *per capita* equivalente à dos países desenvolvidos. Acho que essa deveria ser a grande ambição do país, e só será alcançada se a agenda da discussão for radicalmente alterada, deixando de ter uma preocupação financeira para ter uma preocupação política e econômica.

Desafios — A que se atribui essa inversão da subordinação do político ao econômico?

Magalhães — Isso aconteceu sobretudo pelo processo inflacionário dos anos 1980 e pela crise da dívida. As taxas de crescimento alcançadas nos anos de autoritarismo militar ficaram associadas a uma idéia de prepotência e megalomania do projeto nacional na fase militar, por uma inflação crônica que se gerou e pela dependência de recursos externos para promover o desenvolvimento. Foram essas três coisas. A inflação, a idéia de transformar Brasil em grande potência e o endividamento externo que teria originado um surto de crescimento nos anos 1970 acabaram criando um clima propício à demonização

da idéia do desenvolvimento econômico, do planejamento e sobretudo do papel que o Estado deveria desempenhar nesse processo. É evidente que qualquer país de desenvolvimento retardado, e os exemplos são todos no pós-guerra, teve como matriz uma presença preponderante do Estado na definição dos objetivos nacionais e na implementação das políticas necessárias. Os êxitos nos países que lograram crescer significativamente, a começar pelo Japão, passando pela Coreia e chegando aos nossos dias na China, na Rússia e na Índia, que são nossos companheiros de Bric, todos eles têm o Estado como seu elemento formador, organizador e catalisador do projeto de desenvolvimento. É o Estado a serviço da coletividade. A desmoralização do Estado como instrumento promotor do desenvolvimento, associado ao desregramento do Estado, ao gasto excessivo, à submissão do Estado ante os impactos da inflação, e a dependência de recursos externos para promover o desenvolvimento acabaram gerando um quadro de referência que, afetando a autoridade do Estado como promotor do desenvolvimento, contaminou todo o psiquismo social e relegou o desenvolvimento a segundo plano em relação ao que se denomina hoje de fundamentos da macroeconomia.

Desafios — Como se construiu essa idéia, na sua interpretação?

Magalhães — Na verdade, se formaram duas correntes centrais no encaminhamento da questão do desenvolvimento. Uma com base no Consenso de Washington, que tinha como premissa a idéia de que ao mercado cabia o encargo de promover o desenvolvimento, e ao Estado, simplesmente o suprimento dos serviços básicos e a organização dos fundamentos da macroeconomia, a partir dos quais o setor privado se incumbiria de

gerar o crescimento. E a segunda postura possível seria o Estado como elemento central organizador do processo de desenvolvimento. A transição da crise dos anos 1970, que se perpetua pelos anos 1980, gerou no mundo inteiro, a partir do Consenso de Washington, essa idéia de que o Estado era um inimigo a abater, de que o Estado era o desorganizador do processo produtivo, e quanto menos Estado, melhor, e quanto mais mercado, melhor. O mercado entregue a si mesmo, cada vez mais desregulamentado. Esta foi a discussão ideológica central dos anos seguintes aos anos 1980 e que de certa maneira perdura até hoje. O Estado reduzido a um mero expectador do processo de desenvolvimento e como organizador dos fundamentos macroeconômicos. De que o mercado entregue a si mesmo, muito mais racional na alocação dos meios, operasse o desenvolvimento econômico. A agenda básica da discussão brasileira segue nesses termos: inflação X desenvolvimento, com o Estado apresentado como promotor da desorganização através do excessivo gasto público e excessiva ineficiência na administração dos recursos sob sua guarda. E a partir da hegemonia dessa ideologia a taxa de crescimento brasileira se reduziu, a ponto de se considerar 5% uma taxa de desempenho razoável.

Desafios – Qual deveria ser a agenda agora?

Magalhães – Eu acho que está no momento de repensar o processo de crescimento nos moldes da China. Uma atitude nacional de tomar o desenvolvimento a taxas como nós já alcançamos no passado como elemento organizador de todo o espectro político brasileiro. E as políticas macroeconômicas e as políticas setoriais devem ser focadas neste objetivo. Trata-se de enfrentar uma atmosfera extremamente trabalhada no sentido de limitar a ação

do Estado e insistir na prevalência do mercado, todo esse discurso neoliberal que condenou a sociedade brasileira a uma taxa pífia de crescimento. A minha expectativa tem em vista os exemplos dos nossos dias da China, da Índia e da Rússia, que não são mais economias estatizadas, mas são relativamente de mercado, têm compromisso com a sociedade de alcançar grandes taxas de crescimento e eles têm logrado isso, adaptando as suas instituições

e suas políticas para atingir esses objetivos. O mais expressivo caso é o da China, que, no final dos anos 1970, definiu como projeto nacional crescer 10% ao ano durante 50 anos. E tem alcançado esse objetivo, com pequeno intervalo abaixo, mas a constante tem sido alcançar. E todos os instrumentos são mobilizados para isso – o Banco Central, os bancos de fomento, a bolsa de valores, a política de renda, a de educação, a de infra-estrutura, a

As armas que o Estado dispõe para atingir objetivos estratégicos são a concessão de vantagens e punições. Ele só tem esses dois instrumentos de trabalho, mas ele tem poder. Se usar isso, induz os atores privados a se enquadrarem

Foto: Guilo Moreto



de investimentos. Todo um conjunto de políticas setoriais voltado para esse objetivo, sem o qual os 10% não seriam alcançados. O sucesso desse projeto faz com que ele tenha uma aceitação universal. Eu diria que o mundo hoje tem uma dependência muito grande de a China sustentar uma taxa de crescimento desse tamanho.

Desafios – O que falta no Brasil para seguir essa linha?

Magalhães – Criar no país a mística do desenvolvimento, redefinindo o papel do Estado nesse processo. Não que o Estado vá ser o produtor de bens e serviços, mas vai ser o indutor do processo, vai ser o organizador, o instrumentador do processo de crescimento que vai ser realizado por empresas públicas e empresas privadas, de capital nacional ou capital estrangeiro ou misto, não importa a natureza do dono do capital, importa que o objetivo estratégico seja atingido. Todos os instrumentos de política

econômica que hoje são voltados para reduzir o tamanho do Estado, a garantir o ganho para os rentistas e a frear o gasto público seriam modificados significativamente. O primeiro passo seria reduzir drasticamente a taxa de juros paga aos rentistas pelo poder público. O maior gasto que há muito tempo o governo brasileiro faz é no pagamento de juros para os seus rentistas. Segundo, o Banco Central deixaria de ter um papel totalmente devotado a impedir a inflação para ter objetivos combinados de nível de emprego, taxa de crescimento e inflação. Não teria, como hoje, um único objetivo, que é o controle da inflação. Teria que operar como opera o Banco Central americano, que pondera sobre esses três indicadores.

Desafios – E a questão fiscal?

Magalhães – Uma reforma fiscal seria o terceiro passo, teria que ser implementada para deixarmos de ter o mais regressivo dos sistemas

tributários conhecidos na face da Terra, em que os pobres pagam muito mais impostos do que os ricos, com uma desoneração fiscal dos pobres, de tal maneira a garantir uma ampliação grande do poder de compra da massa dos assalariados. Por um lado, haveria sobra de recursos pela redução da taxa de juros que remunera os rentistas do Tesouro e, por outro, uma redução na carga fiscal, de tal maneira que essa combinação de forças criasse uma grande expansão do mercado consumidor interno, e o governo teria uma enorme capacidade de fazer gastos de outra natureza em vez de estiolar grande parte dos recursos tributários no pagamento dos juros da dívida. Em paralelo, o Estado teria que se utilizar dos seus fortíssimos instrumentos de organização do sistema financeiro nacional para que os seus bancos operassem uma redução dramática da taxa de juros para os seus tomadores de empréstimos privados, mobilizados em uma política de ampliação do mercado de consumo interno, que a meu ver seria a base fundamental de uma grande retomada de crescimento econômico, associada à devolução ao Estado de uma grande capacidade de investimento em infra-estrutura social e econômica.

Desafios – Voltar-se para o mercado interno significa deixar de ser exportador de *commodities*?

Magalhães – O Brasil teria que seguir explorando a grande riqueza que lhe advém hoje de ser o primeiro ou segundo exportador da maioria das *commodities* mundiais, mas associar a isso uma política clara de mudar o perfil das exportações, para deixarmos de ser meros exportadores de *commodities* e nos convertêssemos gradualmente em exportador com capacidade de competição no mercado internacional de bens de valor industrial agregado. Essas políticas todas teriam

Foto: Guilo Moretto



que ser associadas, e isso é possível fazer com o ganho fiscal resultante da redução da taxa de juros, a utilização dos instrumentos públicos no sentido de obrigar o sistema privado a baixar a sua taxa de juros pela presença dos bancos públicos no mercado financeiro. Com isso seria possível crescer 10% ao ano até 2022, quando o Brasil completa dois séculos de independência. Nós viramos exportadores conspícuos de bens primários. Eu não sou contra a exportação de primários, mas não quero que o destino brasileiro seja soldado com a exportação de primários. Todos os produtos primários que exportamos permitiriam agregação de valor: a soja poderia ser óleo de soja, a celulose poderia ser papel, o minério de ferro poderia ser produtos siderúrgicos. O Estado pode entrar nisso como indutor. Em algumas áreas, ele é investidor direto, coisa que crescentemente ele não tem sido. O Estado dá vantagens e coíbe. As armas que o Estado dispõe para atingir objetivos estratégicos são a concessão de vantagens e punições. Ele só tem esses dois instrumentos de trabalho, mas ele tem poder. Se usar isso, induz os atores privados a se enquadrarem. O Estado é forte para isso, mas o Estado brasileiro ficou prisioneiro dessa ordem financeira. E é uma hora em que a financialização está acabando no mundo. Se o mundo não acabar com ela, ela vai acabar com o capitalismo.

Desafios – Falta espaço na agenda política?

Magalhães – Eu acho que a agenda está sufocada. Durante muito tempo demonizou-se o Estado e seguem demonizando – dizem que é ineficiente, corrupto, supertributa a nação, e no decorrer desse processo o Estado foi desmoralizado como instrumento de organização do interesse coletivo. O mercado, de certa maneira, substitui o Estado nessa tarefa de prover, por si mes-

mo, a produção de bens e serviços. Eu não quero que o Estado volte a ser provedor de bens e serviços, mas quero que ele organize o processo produtivo.

Desafios – Os que ganham com juros altos são politicamente muito fortes?

Magalhães – O rentista é uma massa considerável de gente. O número de rentistas pega rico, pega a classe média, pega remediados. O interesse do rentista domina a produção

vira populismo na mesma hora! Então, é difícil. Vão se adensando as questões sociais. Mas elas estão presentes porque as expectativas das pessoas não foram atendidas. O adensamento da questão social brasileira se manifesta na segurança, na escola de má qualidade, porque o Estado não dispõe de recursos para aplicar nessas coisas e o maior gasto do orçamento nacional é com o pagamento de juros, como se isso fosse inexorável.

O desenvolvimentismo está associado à idéia de populismo. Qualquer proposta de desenvolvimento vira populismo na mesma hora. Então, é difícil, e vão se adensando as questões sociais

e, de certa maneira, aconteceu no mundo a hegemonia do setor financeiro sobre o setor produtivo. Não é um fenômeno daqui, é universal, que rebateu aqui por similitude. A reconversão disso é muito difícil porque a agenda é ocupada pelos que defendem a racionalidade do que está aí. Desde a crise americana e o aumento dos preços das *commodities*, que internalizou a inflação no mundo inteiro, a única medida que o Brasil tomou foi subir a taxa de juros. Isso eleva o gasto público com juros, paralisa o crescimento econômico, eleva o custo do dinheiro para o setor produtivo e para os consumidores, mas é a única coisa que o Brasil fez. E os preços das *commodities* no mundo começaram a cair, com efeito sobre a taxa de inflação brasileira, e o Banco Central declara que foi a taxa de juros que reduziu a inflação. E isso é aceito porque a agenda é essa. Quem diz que tem que crescer vira obsoleto, a favor do Estado desenvolvimentista. O desenvolvimentismo está associado à idéia de populismo! Qualquer projeto apresentado como proposta de desenvolvimento

Desafios – O combate à inflação continua a ser o grande eleitor no Brasil?

Magalhães – Está transformado nisso. Ninguém defende a inflação, mas ela está transformada em um ente mitológico. Tudo se passa como se o único objetivo nacional fosse conter a inflação. Eu acho que o grande objetivo nacional é crescer 10% ao ano. Essa deve ser a discussão que temos, de alguma maneira, por algum canal político, de lançar de novo no país, não desqualificando o Estado, mas dizendo que esse é o papel condutor do Estado. E há os temores de que vai sair o dinheiro da bolsa, de que as contas externas vão desabar. Isso só vai acontecer se continuar com uma política de câmbio extremamente desfavorável à exportação, que é outro elemento fundamental da moldura macroeconômica do desenvolvimento. Mas nós não temos nada disso voltado para crescer. Tem que ser montado um programa voltado para o crescimento, com o realinhamento de todas as políticas públicas. Eu gostaria que isso fosse a agenda da sucessão presidencial e que os brasileiros



A sucessão presidencial será entre os que querem desregular ainda mais o mercado de trabalho, diminuir o tamanho do Estado, mexer na previdência, e os que defendem o crescimento. Eu gostaria que o debate sucessório se travasse entre essas duas agendas

não temessem isso. O mundo está voltando a ser isso, os países que estão dando certo estão praticando essa política que eu descrevi. Eu gostaria que algum conjunto de forças políticas assumisse o desenvolvimento como sua bandeira principal e começasse a levar essa discussão para a frente, independentemente das acusações que fossem feitas.

Desafios – Estão maduras as condições para essa mudança?

Magalhães – Só se muda em clima de crise aguda, e evidentemente não há nenhuma perspectiva de se ter uma crise que geraria um clima de transformação radical, mas há um espaço para discutir essas coisas. Tem que aparecer um candidato, e não pode ser de um partido nanico, que produza uma reflexão consistente, mobilize as áreas de organização do pensamento coletivo. Não é fácil porque há um bloqueio temático, não é um conjunto de reflexão, de dogmas, mas eu estimo que apareça um candidato que construa uma base política em cima disso. A


única coisa que eu acrescentaria é que um surto de crescimento provavelmente provocaria saturação da capacidade produtiva.

Desafios – A China consegue ser soberana no mundo e o Brasil não?

Magalhães – Ninguém conseguiu mexer na taxa de câmbio da China. Entra ano, sai ano, eles querem mexer, mas a China não mexe porque está voltada para uma estratégia de proteção e de desenvolvimento. Não temos soberania porque sempre cedemos. Mas, se dissermos ao mundo qual é o nosso projeto de nação, muitos vão aceitar, teríamos aliados importantes para firmar nossa soberania, como a China, a Rússia, a Índia. Eles entendem que o papel do Estado é relevante. O Brasil é hoje uma referência internacional e tem um papel importante a exercer. Mas o que adianta ficar discutindo na Organização Mundial do Comércio (OMC), desde o Gatt, durante 50 anos? Não vai acontecer nada. Os interesses são conflitantes mesmo. Foi bom não ter dado em nada. Nós

iríamos abrir nossos mercados para os produtos e serviços deles e eles iriam abrir para nossos produtos primários. Mas eu não quero ser exportador primário. O Brasil tem que tirar isso da cabeça. Podemos usar isso por um tempo, mas não podemos nos definir como destino permanente do país ser exportador de bens primários.

Desafios – Em resumo, tudo isso pode se resolver na sucessão presidencial?

Magalhães – O Brasil tem requisitos superiores aos outros Bric. Só que os outros construíram um projeto de nação, e o Brasil não. Nesse tempo, construiu um projeto do mercado. A queixa do mercado é que as reformas não foram completas. Como o desempenho, objetivamente falando, é baixo, alegam que falta desregular o mercado de trabalho, diminuir o tamanho do Estado, mexer na previdência. Vai esta agenda contra uma agenda de crescimento. Eu gostaria que o debate sucessório se travasse entre essas duas agendas, com clareza e honestidade de discussão. 

Os sem-teto do centro da cidade



O centro antigo das cidades contemporâneas é um espaço urbano privilegiado para a análise social: nele inúmeras estratégias de sobrevivência são improvisadas pelas classes populares, desde alternativas de subemprego até formas encontradas para a solução do problema de moradia. Uma dessas estratégias revela-se na luta territorializada dos sem-teto em diversas capitais do país através das ocupações de prédios, organizadas por movimentos de moradia. Em realidade, a luta dos sem-teto retrata a dimensão de um imenso estoque imobiliário vazio, composto por bens imóveis públicos e privados, em franco processo de deterioração, que no limite nega o direito à moradia e “esteriliza” o centro da cidade.

De modo geral, o perfil dos sem-teto é composto, em sua maioria, por famílias com filhos, mas também jovens casais endividados por aluguel, vindos de cortiços ou das inúmeras periferias, por famílias em situação de precariedade ou moradores em área de risco. Estão, em todo caso, à margem das políticas habitacionais, repartindo a herança da urbanização capitalista brasileira do fim do século XX. Porém, a partir da luta, tornam-se sujeitos políticos do processo histórico.

As ocupações de prédios nos centros, datadas da década de 1990 e intensificadas após 2000 em diversas capitais brasileiras, não podem ser explicadas como produto de ações isoladas, mas inseridas num período de retomada das lutas urbanas como resistência frente ao aprofundamento da pobreza e da precariedade social, atreladas ao contexto do neoliberalismo. O contexto político e legal de consolidação democrática trouxe o debate da função social da propriedade e da cidade, com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001.

Dessa forma, as lideranças dos movimentos de moradia têm reivindicado ao longo das últimas décadas a implantação efetiva da lei na cidade, incorporando novas exigências como a apropriação social dos centros entendida como o direito à cidade e à urbanidade, questionando o contínuo processo de periferização aguda que gerou núcleos cada vez mais afastados do centro da cidade e desprovidos de qualquer infra-estrutura.

Em São Paulo, essa luta irrompeu em 1990, organizada pela população encortijada contra a exploração e a precariedade dos cortiços como o Movimento de Moradia do Centro (MMC), o Fórum dos Cortiços, o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC). Na última década, eclodiram ocupações por movimentos de expressão local nos centros de Salvador, João Pessoa, Fortaleza e Belo Horizonte, ou de expressão regional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em Recife e Rio de Janeiro.

Os quatro movimentos nacionais de moradia (MNLN, UNMP CMP e Conam) inseriram no rol das lutas as cidades de Curitiba, Vitória, Porto Alegre e Maceió, contribuindo também em articulações com os movimentos locais em outras cidades. Ainda que os sem-teto estejam amparados pela lei, as ocupações em edifícios no centro são, via de regra, marginalizadas pela sociedade, criminalizadas na violência do direito de propriedade que não cumpre sua função social e pela truculência dos despejos forçados. Trata-se de uma luta que exige elevado grau de organização e mobilização com nuances de radicalidade, dada a eminência do conflito jurídico sobre o objeto pelo qual se luta: um edifício público ou privado no centro simbólico da cidade.

A perspectiva de análise adotada não se encerra na caracterização das ocupações como improvisação coletiva de um teto dada a urgência do morar. O espaço conquistado da ocupação é a base da luta política e condição para a negociação do próprio edifício como habitação efetiva, de modo que as ocupações de prédio perseguem o atendimento do Estado, reclamando o edifício ocupado como objeto de intervenção para uma reforma, enquadrada dentro da lógica do habitar com qualidade. Nesse movimento, as ocupações de prédios nas áreas centrais resgatam a um só tempo duas políticas públicas no espaço urbano: a reabilitação urbana e a habitação popular.

Leda Velloso Buonfiglio é mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam/UnB)

As ocupações de prédios nas áreas centrais resgatam a um só tempo duas políticas públicas no espaço urbano: a reabilitação urbana e a habitação popular

Depois da tempestade, a

Pensadores de todo o mundo se reúnem para definir que o objetivo da esquerda hoje não é mais a igualdade, mas o engrandecimento das pessoas comuns e a intensificação da vida cotidiana

Por **Pedro Burgos**, do Rio de Janeiro



Nova Esquerda



Ilustração: Erika Onodera

Se o problema está na filosofia neoliberal, que enfraqueceu Estados, como

Não faltam intelectuais que declaram o fim ou pelo menos o desgaste da filosofia econômica neoliberal por conta da crescente desigualdade entre os países, da falha do Estado em prestar amparo aos mais pobres, do poder demasiado das empresas sobre a definição dos rumos de uma economia e do elevado desinteresse das pessoas pela política. Para um número cada vez maior de pessoas, tudo isso é produto do liberalismo extremado, iniciado a partir dos anos 1970.

Mas, se antes os representantes da esquerda tradicional não encontravam muito eco ao afirmar que um novo sistema econômico global era necessário, hoje a idéia tem ganhado maior repercussão. Mesmo dentro dos Estados Unidos, livros antineoliberalismo têm virado até *best-sellers*, como *A Doutrina do Choque*, de Naomi Klein, recém-traduzido para o português, que reúne as críticas comuns à cartilha da Escola de Chicago.

Se o problema está na filosofia neoliberal, que enfraqueceu Estados, como mudar um paradigma abraçado de maneira quase generalizada no mundo? Esse é o desafio da ainda não completamente configurada Nova Esquerda, movimento sem líderes ou bandeiras unificadas, e mesmo sem um nome definitivo, já que o termo Nova Esquerda já foi usado para designar ativistas das décadas de 1960 e 1970.

O que essa nova Nova Esquerda pretende é apresentar propostas inovadoras para incluir os que ficaram de fora de um dos períodos de maior bonança da história. “O neoliberalismo funcionou apenas porque convenceu as pessoas que não havia opções”, afirma o sociólogo norte-americano Cornel West, da Universidade de Princeton, Estados Unidos.

SEM REVANCHISMO Autor de frases impactantes [ver entrevista na página 25], West esteve no Brasil em agosto para

falar no seminário Instituições para a Inovação, organizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, que reuniu alguns dos mais importantes representantes da Nova Esquerda, entre membros de governos e acadêmicos de todo o mundo.

Disse que estavam todos ali “celebrando a queda do neoliberalismo”, mas em tom completamente desprovido de revanchismo. A idéia por ele defendida é a de pensar em como apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento em um momento de crise.

“O verdadeiro objetivo da esquerda hoje não é a igualdade. É o engrandecimento das pessoas comuns e a intensificação da vida cotidiana. Esse programa é imensamente mais ambicioso que o da socialdemocracia do século 20. O que nos falta é o casamento da rebeldia com a imaginação”, afirma o ministro-chefe da SAE, Roberto Mangabeira Unger.



mudar um paradigma abraçado de maneira quase generalizada no mundo?

Se no século passado a idéia das esquerdas era discutir a propriedade coletiva e o Estado como grande provedor, o discurso hoje está atento às liberdades e ao sucesso individual. “A desigualdade não é um mal em si. O desafio é acabar com a desigualdade que não é legítima – existe um espaço enorme para avançar no caminho da desigualdade de oportunidades”, acrescenta o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, professor do Ibmecc Educacional, de São Paulo.

ÂNSIA POR MUDANÇAS Dificilmente classificado como um político de esquerda tradicional, o candidato democrata

à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, é comumente citado como uma prova de que a sociedade está ansiosa por mudanças – falta às esquerdas capitalizar politicamente esses anseios.

“A esquerda deve mostrar que os interesses dos pobres, os que ficaram de fora do desenvolvimento econômico, são o interesse de toda a sociedade. A campanha eleitoral de Obama me parece um bom exemplo que pode manter a esperança dos jovens das periferias e da África e trazê-los de volta à política”, afirma Joel Netshitenzhe, chefe da Coordenação Política da África do Sul.

Trazer jovens e pessoas afastadas do processo democrático para acreditar novamente em eleições como parte da mudança é um desafio mundial dos políticos. Há experimentos nesse sentido. “Na Rússia fazemos coisas como acampamentos de políticos, ministros, com jovens e artistas; e temos aumentado a participação deles no que era antes uma ‘eleição para aposentados’”, relata Sergei Markov, diretor do Fórum Público da Rússia para Relações Internacionais.

Se há empolgação em relação à mudança oferecida por Obama e abraçada tão entusiasmamente por jovens e eleitores antes descrentes pela política, também há cautela. “O nosso maior problema é achar a linguagem que fale de mudança, mas também explique que são processos de longo prazo, para as pessoas não se sentirem trapaceadas”, afirma Yuli Tamir, ex-ministra da Educação de Israel.

Para ela, a mídia poderia ser culpada por exigir mudanças de tão curto prazo. Yuli conta um exemplo próprio para ilustrar isso. Quando começou uma ampla reforma no ensino de Israel, há dois anos, então como ministra, ela reuniu-se primeiro com os líderes do sindicato dos professores. A imprensa cobriu o evento, que

não produziu grandes manchetes – era um encontro de aproximação. “Mas, duas horas depois, no noticiário dizia-se que nada havia mudado. Como eles esperam que tudo mude em um dia?”, reclama.

ESTADO PARCEIRO Não apenas a imprensa, mas políticos também mostram certa queda por mudanças a curto prazo, especialmente na América Latina. Os países do continente tiveram em média, no século XX, 12 constituições diferentes. São mudanças que mais atrapalham do que ajudam, pela falta de definição perene do papel do Estado.

“Podemos ter situações em que há, ao mesmo tempo, ausência e excesso de autoridade. Por isso costumam chamar o Brasil de ‘Leviatã anêmico’. O governo faz muitas coisas que não deveria, é hipertrofiado, mas ao mesmo tempo se ausenta de áreas em que sua presença deveria ser muito mais definida”, afirma Gianetti da Fonseca.

A base do pensamento da Nova Esquerda é que é possível encontrar um caminho entre o estado de bem-estar social dos países escandinavos e o livre-mercado neoliberal. Se não há um governo no mundo que exemplifique em sua totalidade essa filosofia, há ações e leis isoladas que dão uma amostra do que seria possível, mesmo no Brasil.

“Quando colocamos na Constituição de 1988 que o Estado garantiria os cuidados universais de saúde, disseram que era impossível. Nos anos seguintes, houve uma mobilização da sociedade e dos médicos sanitaristas que resultou no Sistema Único de Saúde (SUS). Temos um sistema extremamente barato, que atende razoavelmente, e que se deveu à mobilização e à descentralização”, afirma o cientista político e ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira.



Criado pelo engajamento de todos os setores da sociedade e esferas de poder,

EXEMPLO DE DESCENTRALIZAÇÃO Criado pelo engajamento de todos os setores da sociedade, com execução passando por todas as esferas de poder, o SUS é também um exemplo da descentralização dos serviços estatais pretendida pela Nova Esquerda.

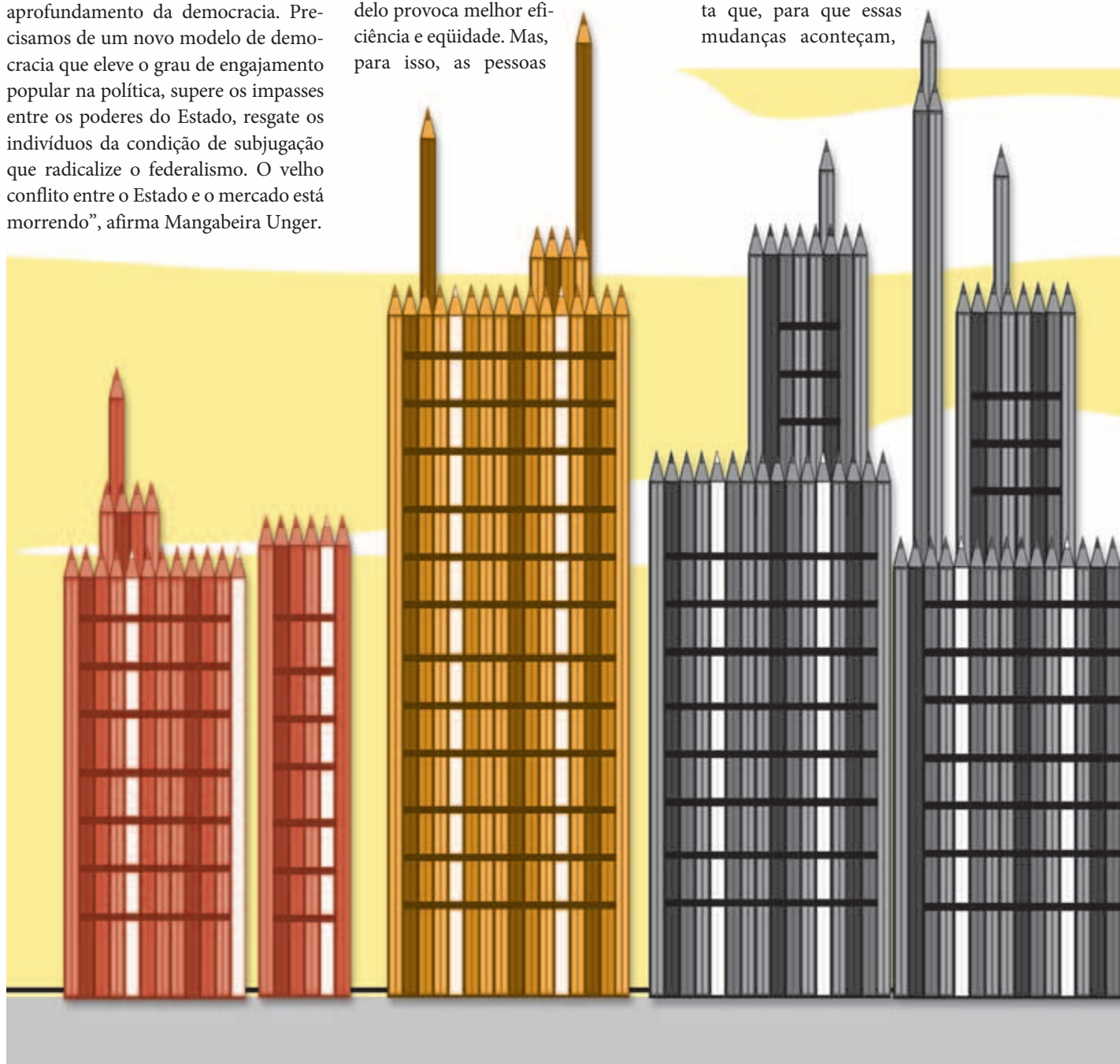
“Essa transformação da economia de mercado não se consolida sem um aprofundamento da democracia. Precisamos de um novo modelo de democracia que eleve o grau de engajamento popular na política, supere os impasses entre os poderes do Estado, resgate os indivíduos da condição de subjugação que radicalize o federalismo. O velho conflito entre o Estado e o mercado está morrendo”, afirma Mangabeira Unger.

A radicalização do federalismo e o maior poder a organizações civis defendidos por Mangabeira fazem com que a própria sociedade crie os aparatos para servi-la e o governo federal tenha como papel principal financiar as boas iniciativas e regular alguns setores como saúde e educação.

“Estudos comprovam que esse modelo provoca melhor eficiência e eqüidade. Mas, para isso, as pessoas

precisam ser bem informadas sobre suas opções. Elas não querem escolhas, querem o melhor serviço”, simplifica o economista inglês Robin Murray, do Centro de Estudos da Governança Global da Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE).

David Lammy, ministro de Habilidades do governo britânico, ressalta que, para que essas mudanças aconteçam,



o SUS é exemplo da descentralização dos serviços estatais pretendida

todos os segmentos da sociedade devem estar representados entre os que decidem as políticas [ver entrevista na página 22]. “O Partido Trabalhista britânico não seria a mesma coisa sem a intervenção das mulheres. Com a maior participação feminina, foram aprovadas leis como a licença-maternidade por nove meses e creches até os quatro ou cinco anos de idade – que

interessa não só a elas, mas também à sociedade como um todo. Quem faz a política é uma questão crucial”, afirma.

REFORMA DA EDUCAÇÃO Para que o sonho de um Estado menos centralizador e mais parceiro da sociedade se concretize, há um área prioritária de reforma: a educação. Se os indivíduos são convidados a participar mais ativamente do processo democrático ou podem escolher entre diferentes fornecedores de serviços básicos, é preciso que todos tenham as mesmas ferramentas de decisão. Em outras palavras, que sejam educados para viver em um mundo cada vez mais complexo.

“A Nova Esquerda não será a esquerda nova se não solucionar a questão da educação inovadora”, sentencia Charles Sabel, professor de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Columbia (Estados Unidos). Há questões pontuais, como a melhora das condições de trabalho e da formação dos professores. Mas, para Mangabeira Unger, o desafio é muito mais profundo e passa pela total reformulação do ensinar.

“A escola precisa rejeitar o ensino enciclopédico, sem cair nos modismos sem conteúdo. O ensino não pode proceder com o objetivo de transmitir um cânone de conhecimentos. Desde as etapas iniciais, ele tem de proceder de acordo com o método dialético. Nenhum assunto deve ser ensinado de uma só forma: o ensino tem de ser uma fuga do individualismo e autoritarismo. O foco tem de ser no fundamental: as capacitações analíticas em matéria verbal e numérica”, define Mangabeira.

O motivo para essa reforma profunda está na própria natureza da sociedade pós-moderna, onde o conhecimento é difundido muito rapidamente e o abismo entre as gerações cresce a cada dia. “Curvas exponenciais de adoção de novas tecnologias modificam a sociedade drasticamente em um curto espaço de tempo. Aconteceu com o

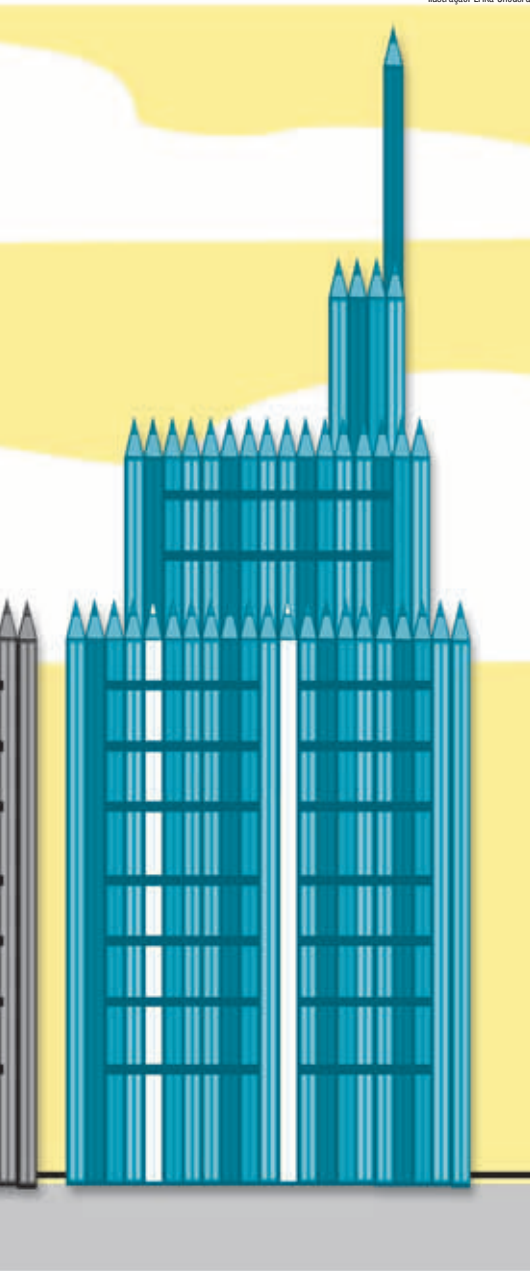
vapor, o telégrafo, a prensa de Gutenberg. Estamos apenas em uma dessas curvas. Se as nossas crianças estivessem indo à escola só para aprender, elas entrariam no colégio às 7h30 para sair às 8h30”, diz Silvio Meira, pesquisador em engenharia de *software*.

RETROVISOR E TELESCÓPIO “Os meninos estão sendo amestrados para ter um comportamento social aceitável, apenas isso. A educação ensina com o retrovisor e o menino educado olha com um telescópio”, acrescenta Meira. “Temos de insistir num programa revolucionário, apesar dos reveses e desilusões dos últimos 100 anos”, complementa Mangabeira.

Mas, antes de encampar a mudança dos paradigmas de educação – ou concomitantemente –, o que leva tempo e uma boa dose de experimentação, há outras formas de garantir um melhor futuro para as crianças. “O desafio do futuro está fora da escola, quando as crianças voltam para suas famílias. Precisamos de coisas de qualidade para as crianças fazerem depois da escola, os sábados e domingos são importantíssimos. No Reino Unido, a educação deu um salto quando entendemos a importância da família, as dificuldades dos lares onde há apenas um pai. Precisamos unir voluntários, sociedade civil e setor privado para isso dar certo”, propõe David Lammy.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, se a sociedade conseguir levar a cabo essas reformas, as novas gerações terão um tipo de vida completamente diferente. “Há muita riqueza sendo produzida. A sociedade tem condições de financiar uma entrada no mercado de trabalho não aos 16, mas para depois dos 25 anos de idade. E uma jornada de trabalho de 12 horas semanais”, imagina Haddad. Esse talvez seja o produto das visões da Nova Esquerda: um indivíduo com mais possibilidades, mais poder e mais conhecimento.

Ilustração: Erika Onodera



Habilidade com muita responsabilidade



Foto: Guto Mendes

David Lammy

Aos 36 anos, David Lammy é um dos políticos jovens em ascensão na cena política britânica. Vindo de uma família humilde da cidade operária de Tottenham, conseguiu terminar os estudos graças a uma bolsa obtida com suas habilidades no canto coral. Formou-se em direito na Escola de Estudos Africanos e Orientais de Londres e foi o primeiro negro britânico a conseguir um mestrado em Harvard, onde conheceu e ficou amigo de Barack Obama. Já aos 28 anos foi eleito para o Parlamento inglês, tornando-se o mais jovem político da Casa. Dono de conhecimentos extraordinários em diversas áreas, já assumiu diversas pastas nos gabinetes de governo comandados pelos primeiros-ministros Tony Blair e Gordon Brown. Em 2002, foi subsecretário de Saúde; pouco depois virou ministro de Assuntos Constitucionais e em 2005 foi apontado ministro da Cultura dentro do Departamento de Cultura, Mídia e Esportes britânico – um ministério com maiores poderes. Dois anos depois, assumiu a atual posição de ministro de Habilidades, no recém-criado Departamento de Inovações, Universidades e Habilidades. Integrante do Partido Trabalhista do Reino Unido, Lammy comportou-se como conservador em seu período no Parlamento: apoiou fortemente a Guerra do Iraque e o pagamento de taxas para estudantes nas universidades públicas. Mas, como parte do governo, ele tem procurado políticas mais inovadoras, mais próximas do pensamento da Nova Esquerda. Defensor não apenas do ensino superior, mas também do técnico-profissionalizante, Lammy trabalha junto de sindicatos e cooperativas de ex-presos para capacitá-los ao mercado de trabalho e iniciou um programa para melhorar a educação de adultos. Há um ano, concebeu uma versão de *reality show* chamada “O Aprendiz”, que tem fei-

to sucesso, garantindo emprego para quem busca o ensino técnico. Seu objetivo é não deixar a Grã-Bretanha para trás no que ele chama de “a corrida das habilidades”, que, segundo ele, substitui no século XXI a corrida armamentista do século XX.

Desafios – O que faz exatamente um ministro de Habilidades?

David Lammy – Minhas responsabilidades são em habilidades e ensino para adultos. A nossa idéia é que o aprendizado não deve terminar quando se completa a vida escolar,

“Uma estatística demonstra que, das crianças de quatro anos que entram nas escolas hoje, 40% desempenharão funções que sequer foram inventadas”

tem de ser um ato contínuo. Então sou responsável pelo aprendizado adulto e os cursos profissionalizantes, o trabalho vocacional e técnico como engenharia e manufatura. Ou seja: o lado não coberto pelas escolas normalmente, mas que interessa bastante às pessoas.

Desafios – Há emprego para tanta gente com ensino superior ou o foco deveria estar no ensino profissionalizante?

Lammy – Não é uma questão de “isso ou aquilo”. O importante é questionar: “quem vai para a universidade?”. Como um político de centro-esquerda, eu penso que o governo tem de garantir uma participação abrangente da população no ensino superior. É importante que tenhamos jovens com a chance de ir para a universidade, coisa que muitos de seus pais não tiveram. Especialmente pessoas vindas de grupos mais pobres ou de grupos

étnicos minoritários, que antes não tinham direito de ir à universidade. No século XXI, a economia do conhecimento é importante. Entretanto, é fundamental também manter a base vocacional. Que as habilidades práticas, sejam de encanador, eletricitista ou trabalhador de fábrica, também sejam apoiadas. Precisamos de faculdades técnicas. Não temos que só sonhar com doutores, carreiras acadêmicas. É preciso um equilíbrio. Não é certo achar que as universidades são para os diretores e gerentes e o

resto da educação, para os outros. Não é o caso. A economia tem de ser diversificada. Então, é preciso ter ambos.

Desafios – O que o governo deve fazer para tornar as carreiras técnicas atraentes?

Lammy – A palavra-chave é “progressão”. Em uma economia complexa como a britânica, as pessoas devem poder mover-se para cima na hierarquia enquanto ainda trabalham com a mão na massa. Então, o treinamento tem de ser perpétuo. É preciso que a população entenda que na economia moderna não se precisa ter um emprego para a vida toda – é possível mudar de trabalho quatro ou cinco vezes durante a vida e mudar até de área de atuação e de carreira. Uma estatística ilustra bem isso. Das crianças de quatro anos que entram nas escolas hoje, 40% desempenharão funções que sequer

foram inventadas. Essa é a natureza da economia moderna. Então, não vejo problemas em se trabalhar em um *call center*. Mas essa pessoa pode e deve aspirar ir para outras posições ou lugares que satisfaçam suas necessidades.

Desafios – Quais são as idéias inovadoras na sua pasta para que as pessoas adultas voltem a estudar?

Lammy – Uma idéia que estamos implementando com pioneirismo na Inglaterra é o serviço de carreira para adultos, com conselheiros que visitam as pessoas. O Estado paga para os cursos das pessoas e elas não sabem quanto que estão recebendo. Então criamos uma “conta de habilidades” – agora elas podem acessar pela internet e olhar individualmente quanto estão recebendo e quanto irão ter disponível durante a vida. As inovações continuarão.

Desafios – O governo deve intervir para direcionar os universitários para cursos tecnológicos?

Lammy – Nós tivemos esse problema no Reino Unido, de jovens não seguindo carreiras tecnológicas. Mas investimos muito dinheiro nisso para atrair professores a essas áreas e demos incentivos aos jovens que quisessem estudar isso. Acho importante que o governo faça esse trabalho em parceria com os empregadores. No Reino Unido, as universidades recebem um grande subsídio do governo, mas elas não são exatamente públicas, os professores não são funcionários públicos. São independentes. Então, a universidade precisa atender ao mercado para conseguir mais subsídios do governo, e isso significa que ela tem de estar conectada com as demandas do mercado, oferecendo uma grande variedade de opções. Eu era um advogado antes de virar político, mas não acho que o mundo precisa de mais advogados, nem contado-

res. Veja, por exemplo, o desafio das mudanças climáticas. Quem solucionará esse problema não vão ser os advogados, mas engenheiros e cientistas.

Desafios – No Brasil há um problema crescente de desemprego entre os jovens. Como atacar isso?

Lammy – Nós temos no Reino Unido praticamente o emprego pleno dos jovens. A economia está forte, há muito trabalho e possibilidades para os jovens. Mas a verdade é que estamos entrando em um tempo difícil economicamente falando, e

“O exemplo de economias altamente desenvolvidas é um equilíbrio maior entre as carreiras, com uma mão-de-obra qualificada em toda a cadeia produtiva”

isso afetará todas as classes. Preço da comida, desafios para as pessoas comuns. As companhias vão sentir o golpe, e certamente isso vai trazer desafios para a empregabilidade. E, no final, as pessoas precisarão ser flexíveis e adaptáveis. A questão da língua vai ser muito importante. O emprego não vai ter muitas fronteiras. Um fenômeno comum, que é muito real em Londres, é o de jovens da Polônia, África do Sul, França, Itália e Irlanda disputando os empregos. Todos viajam conquistando novas habilidades e línguas. E suspeito que isso vá acontecer no Brasil rapidamente. É uma tendência importante para os próximos anos.

Desafios – E como um país deve se preparar para receber essa mão-de-obra global?

Lammy – A imigração sempre trará questões delicadas. A questão vai gravitar em relação aos valores da sociedade que se vivia e para onde se vai, mas também em re-

lação à vontade dos políticos de mostrar que os estrangeiros são bem-vindos e que o sistema é justo para todos. Creio que as pessoas são confortáveis com a imigração quando a consideram justa. Meus pais são da Guiana. Eles foram para a Inglaterra nos anos 1960, para tentar a vida, e eu sou um orgulhoso membro do governo do Reino Unido. Eles trabalharam no sistema de trânsito, empregos simples, entraram e se beneficiaram do sistema. Imigração é uma boa coisa para um país. Tem de ser justa,

administrada pelo governo. É claro que sempre haverá políticos, normalmente na direita, que assustam as pessoas sobre a imigração. Mas iremos desafiá-los toda vez que virmos um.

Desafios – Os jovens dão hoje menos valor a carreiras que não demandem um diploma. Como mudar isso?

Lammy – Isso exige um bocado de esforço do governo, junto dos empregadores e de toda a sociedade. É um trabalho tremendo, mas pode ser conseguido. Veja o exemplo de economias altamente desenvolvidas como a alemã, ou das nações escandinavas, a Austrália ou o Canadá. Há um equilíbrio maior entre as carreiras, entre as pessoas que escolhem o caminho acadêmico e as que escolhem a rota mais vocacional. Isso faz com que exista uma mão-de-obra muito mais qualificada em toda a cadeia produtiva, o que é extremamente positivo para o país.

Cornel West



Foto: Gallo/Morato

Celebrando o fim do neoliberalismo

Com uma oratória afiada, gestos largos, muitas caretas e uma voz de cantor de *blues*, o americano Cornel West, de 55 anos, conqui-

ta facilmente platéias – sua técnica de discurso foi aperfeiçoada por anos como pastor da Igreja Batista Americana. Hoje professor de His-

tória da Religião na Universidade de Princeton, West é um dos mais influentes intelectuais dos Estados Unidos quando o assunto é a luta

pelos direitos civis pós-1960, especialmente na defesa das minorias étnicas. Ele já foi professor em Yale, Harvard e na Universidade de Paris, algumas das mais prestigiosas instituições de ensino superior do mundo. Sua saída dessas universidades quase sempre foi marcada por desentendimentos. Em Yale, por exemplo, foi preso por participar de protestos contra o *apartheid* na África do Sul, e anos depois saiu de Harvard chamando o ex-presidente da instituição, Lawrence Summers, de “o Ariel Sharon do ensino superior”, numa referência à prática de discriminação. Ainda bastante jovem, foi militante do movimento negro nos anos 1960 – fã de Malcolm X e os Panteras Negras – e continuou a aproximação com organizações radicais como o grupo de defesa dos direitos dos animais Peta, cujas ações freqüentemente causam controvérsia. Com uma agenda mais radical que a esquerda tradicional americana, ele se define como um “socialista não-marxista”. Filiou-se ao pequeno Partido Democrata Socialista dos Estados Unidos, do qual hoje é um dos diretores honorários, apesar de atualmente apoiar (criticamente) o candidato a presidente do Partido Democrata, Barack Obama, de quem é amigo pessoal. Por ocasião dos ataques de 11 de setembro de 2001, disse que “os brancos viram ali como era ser negro nos Estados Unidos: sentir-se inseguro, sujeito à violência aleatória e odiado por ser quem são”. Autor de mais de 20 livros e objeto de quatro outros, além de um filme documentário, Cornel West continua inflamando platéias no mundo em sua busca por uma democracia cada vez mais participativa, que inclua as pessoas à margem do crescimento econômico.

Desafios – O senhor celebrou o fim do neoliberalismo. Por que ele acabou e o que temos a celebrar?

Cornel West – Ele entrou em colapso porque os resultados foram devastadores, seu fracasso inegável. O neoliberalismo se propôs a tirar as classes mais baixas da pobreza, não o fez; propôs-se a criar orçamentos mais balanceados e responsáveis, e não o fez; propôs-se a liberar a América Latina, colocá-la em par com o resto do mundo, mas apenas a subordinou mais à economia global. Aliás, o resultado mais devastador do neoliberalismo está na América Latina.

Desafios – Que sistema o senhor vê emergindo disso?

West – Estamos numa transição. Podemos ver o colapso relativo, mas não conseguimos ver ainda o

“Ao perceber as limitações do sistema neoliberal, temos de fazer uma reinvenção dos mercados e do Estado, e não só um protesto”

que virá, por isso é tão fascinante esse momento. Parece-me que o ministro Roberto Mangabeira Unger tem uma visão sobre isso, e fico feliz que o governo do presidente Lula tenha tido a idéia de trazê-lo para dentro. Uma vez que nós percebamos as limitações do sistema neoliberal, concluiremos que temos de fazer algo, não só em termos de protesto, mas de reconstrução, reinvenção de mercados e do Estado. Será uma mudança profunda. Fala-se da diferença entre a era de protestos e a era de re-

voluções. Não parece que estamos em uma época de revoluções, e há relativamente pouca gente protestando.

Desafios – Como acontecerão as mudanças?

West – Não se têm tantos protestos no Brasil porque o país tem um presidente progressista. Quando vim aqui há 30 anos, eu estava interessado na Teologia da Libertação, no movimento do padre Leonardo Boff contra a ditadura militar. Nessa época, Lula protestava, fora do governo, de braços dados. Agora eu volto e o protestante está à frente do Estado. Ele ainda é progressista, mas está numa situação diferente. Não está mais na rua, com o Partido dos Trabalhadores, organizando. Ele é o presidente. Ao mesmo tempo em que ele sabe das limitações do neoliberalismo, ele sabe que tem de trabalhar com isso, brigar, se adequar. Ele não pode passar por cima de um sistema vigente porque a história não funciona assim. É por isso que digo que o colapso neoliberal é relativo. As severas limitações foram reveladas de uma maneira inegável. O que não quer dizer que se comece uma nova ordem do dia para a noite. Lula ainda tem de trabalhar muito com o Império Americano.

Desafios – Quais as chances de Barack Obama mudar esse quadro?

West – Não sei. Sou um apoiador crítico de Obama, eu o conheço muito bem, tivemos momentos muito bons em Illinois, e o apoiei nas primárias em vários estados. Fazia seis discursos por dia de apoio em Iowa, na Carolina do Sul, no Texas e em Illinois. Apesar de trabalhar bem próximo, eu sou crítico. Mas sei que ele é o melhor que o Império Americano tem a oferecer no momento, não há dúvidas em relação a isso. Mas,

se esse melhor é bom o suficiente, especialmente quanto aos nossos irmãos e irmãs da América Latina, não estou convencido. Vou votar nele, mas também colocarei bastante pressão em relação às políticas para o continente.

Desafios – E quanto às políticas que ele propõe sobre minorias, especialmente a população negra?

West – Não acho que ele goste muito de falar sobre minorias. Ele gosta de falar mais sobre classe média e trabalhadores. Ele fala de gente pobre algumas vezes, mas não o suficiente. Ele tende a se distanciar do assunto minorias, para não ser tachado de “presidente de minorias”. Eu consigo entender isso. Ele precisa de gente como eu, que fala sem vergonha da situação dos negros e da supremacia branca. Alguém que fale duro sobre padrões exploradores, plutocratas irresponsáveis, oligarcas sem transparência. Porque é a verdade e eu tenho de me expressar sobre ela. Mas, na política, não se pode falar esse tipo de verdade. Eu reconheço a responsabilidade dele, que é diferente: um governo mais progressista. Ele respeita a minha função e eu a dele. Por isso somos amigos.

Desafios – Qual a sua opinião sobre a política de cotas em universidades públicas no Brasil?

West – De um lado, nós, dos Estados Unidos, temos de reconhecer que não podemos impor nossas concepções de supremacia branca no Brasil. Este país ainda tem o legado da supremacia branca, mas isso toma outra forma. Então, eu tenho de ser humilde o suficiente para aprender e ouvir os meus irmãos e irmãs brasileiros sobre o assunto. Mas, por outro lado, eu tenho de fazê-los ter certeza de que os brasileiros não estão em negação sobre a

herança da supremacia branca. Porque só o que isso faz é esconder e camuflar o sofrimento das pessoas pobres. Essa história toda de miscigenação, democracia racial e tudo o mais que os brasileiros repetem não existe... Aqui se vê um número desproporcional de negros entre os pobres ou

“Precisamos de policiais da própria comunidade, para que as pessoas sintam uma relação próxima, que a polícia não seja vista como vinda de fora, hostil”

entre os presos, por exemplo. Então, eu quero ter certeza de que brasileiros e americanos não esqueçam dessa herança de uma dominação dos brancos – todos devem se opor e combater isso. E penso que é algo muito positivo que o Brasil esteja atacando esse problema com um programa de ações afirmativas. Porque, quando se vai para o alto da sociedade brasileira, onde estão os ricos e poderosos, não se vêem muitos negros, não é? Olha-se para cima e se diz: “Ei, é tão branco aqui!”. Isso não é o legado da dominação branca?

Desafios – O senhor diz que um dos problemas de estender a democracia é que a polícia e o sistema prisional precisam ser repensados...

West – Deve haver transparência da polícia e uma reforma prisional. Como fazer isso? Uma das maneiras é a criação de polícias comunitárias. Precisamos de mais policiais vindos da própria comunidade, para que as pessoas sintam que têm uma relação próxima com a polícia, que ela não seja vista como vinda de fora, hostil. Os criminosos existem em todas as cores, é fato.

Mas, ao mesmo tempo, quando se tem uma polícia como nos Estados Unidos, onde a maioria dos oficiais vem de fora, eles desrespeitam as pessoas em vez de protegê-las. E quando há essa sensação entre as pessoas de que não há nenhum controle sobre o poder da polícia na sua própria

comunidade, é devastador. Mas há uma diferença de percepção, esse medo não existe para a classe média branca. Eles vêem a polícia e sorriem: “Oh, eles estão nos protegendo”. E os negros pobres vêem e pensam: “Eles estão vindo nos pegar”. E isso não está certo – a polícia tem de servir e proteger o povo.

Desafios – E quanto ao sistema prisional?

West – Complementando isso, não podemos deixar de falar da reforma prisional. É preciso haver educação dentro das prisões, reabilitação, para que as pessoas possam mudar e sentir que podem voltar à sociedade quando saírem. Não temos isso nos Estados Unidos. Não conheço profundamente a situação aqui, mas posso imaginar. E nisso há uma intersecção com a questão da cor. Não se pode falar na questão racial, no Brasil ou nos Estados Unidos, sem falar de polícia e prisões. Em especial para os jovens negros. É claro que nós queremos polícia justa aqui e lá. E, por tempo demais, os negros têm sofrido com isso. Isso tem de parar.

Ocidente simplifica o sistema político chinês



Foto: Guo Min

Zhiyuan Cui

“Não é que o sistema chinês seja perfeito, mas há alguma democracia sim, os ocidentais não entendem.” Zhiyuan Cui não se cansa de repetir isso quando discursa ou dá entrevistas nos países ocidentais. Um dos mais proeminentes intelectuais da China na atualidade, Cui tenta, por um lado, dar sentido ao sistema político de seu país, até certo ponto defendendo-o no exterior; mas, “em casa”, reclama por abertura política e liberdade de imprensa. Junto de Wang Hui, Pan Wei e Kang Xiaoguang, forma a chamada “Nova Esquerda” chinesa, que critica, mas é tolerada pelo regime, justamente por defender um maior entendimento da natureza exclusiva do sistema político-econômico de seu país. Afeito a grandes teorias, ele costuma dizer que o sistema que se formou na China é o “socialismo pequeno-burguês”, onde a propriedade pública da terra e os volumosos investimentos estatais em infra-estrutura garantem a alta competitividade. Essa idéia tem raízes nas teorias de Roberto Mangabeira Unger, acadêmico brasileiro que foi parceiro de Cui em diversos livros e artigos. Dono de uma carreira acadêmica brilhante, Cui obteve o título de doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Chicago, é professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e hoje também leciona na Faculdade de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Tsinghua em Pequim.

Desafios – A visão da comunidade internacional sobre a China é muito distorcida?

Zhiyuan Cui – Acho que é um desafio moral e intelectual fazer sentido dessa China. Não apenas para a comunidade internacional, mas para os próprios chineses. Nós passamos por um crescimento econômico tão acelerado nos últimos anos

que nem nós próprios conseguimos tirar sentido de tudo. A mídia ocidental começa a ver a China de uma maneira um pouco mais positiva. As Olimpíadas ajudaram o mundo a ter uma apreciação melhor sobre o papel histórico da China e a sua cultura, além de fortalecer a imagem de uma grande protagonista no cenário geopolítico internacional. Mas, por outro lado, a cobertura da mídia ocidental não entende algumas coisas e faz, para ser generoso, simplificações sobre o nosso sistema político.

Desafios – Qual é o erro mais comum da mídia internacional quando se fala sobre a China?

Cui – A mídia internacional acha que a China não é democrática e que o governo é tirano por haver apenas um partido. Não sou contra a competição multipartidária,

“A cobertura da mídia ocidental não entende algumas coisas e faz, para ser generoso, simplificações sobre o nosso sistema político”

mas acho que é necessário ter uma visão mais sofisticada do que é democracia para se poder criticar. Nesse sentido, é interessante voltar para o pilar da tradição democrática ocidental, que é Aristóteles. Ele descreve três regimes políticos: o poder de um só, o rei; o poder de alguns, a aristocracia, oligarquia; e o poder de muitos, a democracia. Mas o interessante é que Aristó-

teles associa a eleição não à democracia, mas à aristocracia. Isso é muito interessante. De acordo com o filósofo, a idéia da eleição é escolher alguém distinto, mais capaz. Ou talvez apenas mais bonito, como o governador da Califórnia [*o ex-ator Arnold Schwarzenegger*]. Ou talvez por serem ricos. Então, a lógica da eleição é eleger alguém diferente, não uma pessoa comum. E Aristóteles acredita que uma eleição em uma democracia seria um evento randômico, a escolha de uma pessoa comum ao acaso, porque democracia significa que as pessoas governam a si mesmas. Acho interessante o fundador da tradição democrática ocidental não considerar a eleição algo democrático por definição.

Desafios – E a China tem democracia no conceito aristotélico?

Cui – Usando esse ponto de vista, nós, na China, não temos disputa entre partidos, mas temos um certo tipo de seleção aleatória de líderes. Por exemplo, em algumas cidades, um instituto independente faz uma pesquisa para avaliar junto à população o desempenho do administrador. Se em dois anos ele não for bem avaliado, será removido. Não estou dizendo que esse é um sistema perfeito, mas que há vários sistemas democráticos e com participação popular na China. É claro que não é o suficiente, precisamos de mais envolvimento do povo. Mas é alguma coisa.

Desafios – Como é a participação do povo chinês nesse projeto democrático?

Cui – Em primeiro lugar, é importante deixar claro que eu não vejo esse nosso sistema como o ideal. Mas é errado pensar que não há participação popular. Um exemplo

seria em relação ao orçamento da cidade. Nós pegamos a experiência de Porto Alegre (RS), do orçamento participativo, e copiamos em algumas cidades na China. Há muitos mecanismos possíveis de participação democrática. A China tem alguns, poderia ter mais.

Desafios – Qual é o segredo do crescimento chinês?

Cui – Há muitas razões. Uma particularidade competitiva interessante é a economia mista, de propriedade pública e privada. Na China, não há nada totalmente público ou totalmente privado. E funciona. Os investimentos em infra-estruturas


instaladas na China tentaram recentemente se mudar para o Vietnã, porque lá o salário é ainda mais baixo – talvez um terço do praticado na China. Mas, depois de alguns meses, elas estão voltando, porque o salário é apenas uma das coisas. É preciso ter infra-estrutura e educação para o povo. No Vietnã, eles não tinham educação básica para realizar as tarefas. Na China, há uma herança do período maoísta que é a educação relativamente boa, até em comparação a países desenvolvidos. Quando aconteceu a reforma de 1978, que introduziu a economia de mercado, a base social era relativamente equânime.

Cui – Em energia, o Brasil é muito bom. A China poderia importar o etanol de cana-de-açúcar. Não podemos usar milho. Os dois países têm muito a colaborar nessa área de crescimento sustentável. Outra área fértil de cooperação que eu vejo é uma política que o presidente Lula apóia bastante: o código aberto e as leis de direito autoral mais flexíveis. Isso é um excelente mecanismo para as nações em desenvolvimento tirarem o atraso, superando os obstáculos da propriedade intelectual com o chamado *copyleft*. Acho que o Brasil é melhor que a China nisso e pode ajudar.

Desafios – Mas os países desenvolvidos vêem o *copyleft* como desculpa para a pirataria, que prolifera na China...

Cui – São coisas diferentes. Não gosto da pirataria. O *copyleft* é um dispositivo legal para apoiar a colaboração. A idéia é que, uma vez que o trabalho está pronto, não se pode submetê-lo a uma patente, porque, como no caso do Linux, há o trabalho de tanta gente envolvido e é impossível apontar um para receber os benefícios. Isso cria algumas vantagens. No Linux, não há vírus, porque para se fazer é preciso escrever um código secreto, e não há como em programas de código aberto.

Desafios – Alguns setores industriais no Brasil pedem medidas protecionistas. Como nós podemos proteger o mercado?

Cui – Muito da exportação da China vem de outros países de alguma forma. Antigamente, cada fábrica fazia um produto completo, mas hoje há a “interprodução”: diferentes países produzem partes específicas de um produto. E, por isso, os mecanismos de proteção antigos fazem pouco sentido hoje. Acredito que os industriais do mundo inteiro têm de aceitar essa realidade. 

“Hoje há a ‘interprodução’: diferentes países produzem partes específicas de um produto. E, por isso, os mecanismos de proteção antigos fazem pouco sentido hoje”

tura não vêm de impostos ou de taxaço tradicional, mas de uma espécie de aluguel da terra pública nas cidades, que é de propriedade do governo. Quando o governo empresta a terra, não importa se a empresa que se instala é pública ou privada, ela tem de pagar o aluguel para usá-la, e o dinheiro retorna visivelmente em benefícios de infra-estrutura. Se houver uma taxaço muito alta, o lucro dos empreendedores vai diminuir. Mas, se o governo tem outras maneiras de arrecadar, como no caso da China, ele pode manter os impostos baixos. E com isso ele pode agir como uma espécie de *venture capitalist*, criando fundos para investimentos em empresas.

Desafios – As más condições de trabalho e os salários baixos explicam a competitividade chinesa?

Cui – Algumas companhias estran-

Veja a Índia, que abriu seu mercado também no início dos anos 1990, mas teve um ponto de partida bastante desigual. E por isso o crescimento não é tão rápido – é difícil ter um mercado doméstico grande, porque apenas uma pequena classe rica tem um poder de compra razoável.

Desafios – Você vê limites do crescimento chinês? Quando isso vai parar?

Cui – Acho que a tendência vai continuar por muitos anos ainda. Calcula-se que metade da população da China ainda está no campo e a tendência de urbanização ainda vai se manter. E isso é um estímulo a mais para gastos com infra-estrutura, haverá mais investimento interno.

Desafios – Como os países emergentes como o Brasil e a China podem se ajudar?

Um novo marco para o petróleo



O Brasil está entrando numa nova era de desenvolvimento, o que exige um novo modelo socioeconômico-ambiental para o país. Nesse contexto é inegável que a exploração do petróleo existente nas reservas do pré-sal – considerando as suas dimensões – deve ser considerada nesse novo cenário, na medida em que irão refletir beneficentemente na economia brasileira nos próximos anos (são conhecidos como pré-sal os reservatórios de petróleo leve do litoral do Sudeste do Brasil, que ficam abaixo de uma camada de sal existente sob o leito do mar). Essa constatação nos remete para a seguinte questão: o Brasil necessita de um novo modelo regulatório na exploração de petróleo?

Em que pesem os argumentos de que o país possui um bom marco regulatório, razão pela qual diversos especialistas sustentam que não é preciso instituir um novo modelo, bastando apenas fazer ajustes nas concessões (como, por exemplo, o aumento de *royalties* e participações), partimos do pressuposto de que o Brasil necessita de um novo modelo nessa área, visto que os resultados da exploração dessas riquezas petrolíferas devem atender aos interesses e às necessidades da sociedade brasileira, no médio e longo prazo. Os ganhos devem priorizar as políticas públicas de educação, saúde, alimentação, ciência e tecnologia, entre outras, além da infra-estrutura, por serem essenciais no processo de transformações do país.

No debate sobre a necessidade de um novo modelo regulatório na exploração de petróleo para o Brasil, é importante ressaltar que existem diversos modelos regulatórios na exploração de petróleo no mundo. Os modelos mais utilizados são: concessão, partilha e prestação de serviços. No modelo de concessão, as empresas são proprietárias do óleo que encontram, em troca de pagamento de *royalties*, participações especiais e outras taxas. Na partilha, o Estado é remunerado com o petróleo extraído, em parcelas que passam da metade da produção, dependendo do país. Os contratos de prestação de serviços também prevêem que as empresas privadas não sejam donas do petróleo, somente o governo.

O modelo de partilha é comumente adotado por países cujo perfil se restringe à produção de petróleo, como são os casos dos países exportadores da Opep que dependem quase que exclusivamente do petróleo. Mesmo com as desvantagens decorrentes das regras de partilha e prestação de serviços, pelas quais as empresas não possuem poder de operação, elas procuram os países que adotam estes modelos porque o risco exploratório é muito baixo. No caso da exploração de petróleo por meio de concessões a empresas privadas, pode-se citar, por exemplo, o modelo adotado pela Noruega, que criou uma estatal específica – a Petoro – para gerir os recursos oriundos do óleo. Por sua vez, as companhias que exploram petróleo no México são prestadoras de serviços. Observa-se, assim, que cada modelo regulatório busca se adaptar à realidade e aos interesses de cada país.

No Brasil, atualmente, um pouco mais de um terço dos resultados da produção de petróleo ingressa no Tesouro do Estado em forma de *royalties* e participações especiais, cujas regras estão definidas na Lei do Petróleo. Com as descobertas dos campos de petróleo do pré-sal, que podem duplicar as reservas do Brasil, para cerca de 15 bilhões de barris, fica evidenciado que os governantes devem estabelecer condições mais satisfatórias para o Estado no processo de produção dessas riquezas, pois o risco de encontrar petróleo nessas áreas é muito baixo.

Nesse sentido, torna-se recomendável – sem rompimento das regras e dos contratos firmados anteriormente – que as áreas ainda não licitadas e que pertencem à União obedeçam a um novo marco regulatório que atenda aos novos interesses socioeconômicos e ambientais do país. Assim, considerando o perfil brasileiro e as nossas características, entendemos que a adoção do modelo de partilha e o fortalecimento da Petrobras se apresentam como as decisões mais adequadas para o Brasil.

Considerando o perfil brasileiro e as nossas características, entendemos que a adoção do modelo de partilha e o fortalecimento da Petrobras se apresentam como as decisões mais adequadas para o Brasil



O espírito de Heitor

Necessidade de impor-se ao mundo como Nação faz o mais pacifista entre os grandes países iniciar amplo debate sobre um tema tabu até agora restrito ao ambiente militar

Por **Edla Lula**, de Brasília

O Brasil almeja o *status* de grande potência e pretende se impor ao mundo com direito a voz. Tem dado demonstrações disso em diversas frentes, como na Organização Mundial do Comércio (OMC) – criou o G20 (países em desenvolvimento) e vem incomodando o G8 (países desenvolvidos mais a Rússia) na briga por mais respeito aos países emergentes; quer uma participação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). No campo econômico, já alcançou o grau de investimento, que dá aos credores a segurança necessária para aplicar seus recursos no país, e deseja emplacar o desenvolvimento sustentado.

Em meio a essas pretensões, surge o debate sobre o que é necessário para garantir a inserção soberana do país no mundo, e o primeiro item da pauta é repensar o modelo de defesa nacional, de modo a resguardá-lo contra possíveis

ataques. “Nosso pacifismo e nossa afortunada situação de falta de inimigos não nos eximem da responsabilidade de nos defender”, alerta o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, que foi encarregado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desenhar, junto com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o Plano Estratégico Nacional de Defesa.

Para elaborar o plano, o presidente Lula instituiu, em setembro do ano passado, o comitê presidido por Jobim e com coordenação de Mangabeira. “Até o mais pacifista entre os grandes países cria o seu escudo de proteção e prepara os seus filhos para dar a própria vida pela Nação, medir até onde vai a capacidade de sacrifício da Nação”, diz Mangabeira, numa alusão a um fato histórico de 30 séculos, a Guerra de Tróia.

Ministros Mangabeira Unger e Nelson Jobim foram encarregados pelo

Segundo o ministro Mangabeira, a idéia, como no épico, é fazer com que cada brasileiro empunhe esse escudo, incorpore o “espírito de Heitor” para garantir a paz em sua Tróia, defendendo-se de possíveis invasores, até o extremo do sacrificar-se. “Se o Brasil quiser desbravar um caminho singular e rebelde no mundo e se quiser ter margem para construir um modelo próprio de desenvolvimento, precisa ter escudo”, diz Mangabeira.

PREMISSA BÁSICA “A constituição do país como Nação depende claramente de uma estrutura de defesa. Só quem tem defesa pode dizer não. E dizer não é condição absoluta para operar com autonomia internacional”, acrescenta o ministro Jobim. Ele considera a criação de uma estratégia de defesa como premissa básica para o desenvolvimento de um país.

Para Mangabeira, existe um “vínculo indissolúvel” entre o projeto de desenvolvimento e o projeto de defesa. É por esse prisma que os ministros pretendem inscrever o tema na agenda nacional, tarefa considerada

difícil pela falta de tradição brasileira no trato com o assunto. “Toda discussão sobre defesa que se tinha era exclusivamente militar. Os políticos pós-regime militar tinham dificuldade de tratar o assunto porque tinham no imaginário que a defesa estava vinculada à repressão política, e acabaram abandonando. Como consequência, os temas de defesa saíram da agenda nacional”, diz Jobim.

Também o Congresso Nacional começa a mudar de postura, tanto que criou a Frente Parlamentar de Defesa Nacional, da qual participam mais de 200 deputados e senadores de partidos diversos e conta ainda com a participação de acadêmicos e especialistas da área. A frente terá a missão de atuar, no âmbito do Congresso, no exame de um adequado sistema de defesa voltado para a preservação da soberania nacional e do Estado Democrático de Direito.

Já está na pauta a nova política de defesa nacional, bem como a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, proposta encaminhada pelo Brasil aos presidentes de todos os países da região, que até o final do ano deverá ser oficialmente instituído. “Tem crescido a projeção brasileira no âmbito global, e isso coloca como premente e como urgente uma revisão de toda a doutrina na área de defesa do país”, afirma o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), presidente da Frente Parlamentar.



Meta é ter tecnologia nacional para monitorar...

MUDANÇA DE ORDEM O ministro Mangabeira divide o posicionamento brasileiro no mundo em duas fases. A primeira delas trata de lutar por uma representação mais equânime dos países emergentes nas organizações existentes, como é o caso do Conselho de Segurança da ONU ou da OMC. “Muito mais importante seria uma segunda fase, de lutar por uma mudança da ordem”, diz, ao recordar que toda a reestruturação do mundo após a Segunda Guerra Mundial se deu de maneira muito hostil, com algumas grandes potências impondo as regras sobre as demais.

Esta mudança só ocorrerá, segundo Mangabeira, pela dialética entre a pressão para que ela aconteça e a



presidente Lula de desenhar o Plano Estratégico Nacional de Defesa

Foto: Delfim Martins/Pulsar



...território e fronteiras, como na Amazônia

luta pela construção de projetos nacionais fortes. “Queremos um mundo de democracias, mas não queremos que esse mundo de democracias imponha a todos os países uma única fórmula. Estes projetos nacionais fortes exigem o escudo, não só contra as agressões, mas também contra as intimidações.”

Mangabeira põe no centro do debate a indagação sobre quão grande o Brasil deseja ser e o quanto está disposto a sacrificar-se por esta causa. “Defesa tem a ver com o sacrifício. Em última instância, o sacrifício da própria vida, mas, antes disso, o sacrifício do tempo de nossa juventude e de nossos recursos. É uma questão de consciência nacional”, diz.

CONFLITOS ASSIMÉTRICOS O Plano Estratégico Nacional de Defesa pretende criar novos paradigmas, a partir de uma nova doutrina militar. “Estávamos habituados a tratar a defesa na perspectiva de uma guerra simétrica, com conflitos de Estado contra Estado. Como o

Brasil não tem inimigos, as pessoas não falavam sobre isso. Hoje, há uma percepção clara de que os conflitos modernos não são os conflitos convencionais, são assimétricos, em que você tem um conflito de um Estado nacional com organizações criminosas, tem organizações não-estatais”, comenta Jobim.

A primeira das três pernas que sustentam o plano refere-se à configuração, à reorientação e ao equipamento das Forças Armadas. “A reorganização das forças significa a adequação estrutural do perfil da organização das forças à nova realidade do mundo e do Brasil”, explica Jobim. O comitê – composto também pelos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Ciência e Tecnologia e pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica – trabalhou com diversas hipóteses de emprego das Forças Armadas em situações de paz e de guerra, nas perspectivas de um “triplo imperativo” que envolve o monitoramento, a mobilidade e a presença.

No caso do monitoramento, o objetivo é assegurar que dentro do universo das tecnologias com que as forças monitoram o território e as fronteiras terrestres e marítimas haja inteiro controle nacional. “Não é a nossa situação hoje. Não só dependemos de tecnologia estrangeira, como também dependemos da compra comercial de imagens estrangeiras de nosso próprio território e de nossas próprias fronteiras”, observa Mangabeira.

SEGUNDO ELEMENTO A mobilidade, segundo elemento do trinômio, é considerada fundamental, tendo em vista a dimensão geográfica e a diversidade brasileiras. Em vez de tropas em cada ponto, o país investiria em unidades de alta mobilidade e poder de fogo que poderiam deslocar-se, com rapidez, para qualquer área do território. O último imperativo é a presença, que está interligada aos outros dois elementos. “Não podemos estar onipresentes. Por isso, a eficácia do monitoramento exercido por uma unidade de fronteira depende de ela fazer parte de um sistema integrado de monitoramento, a partir da terra, do ar e do espaço sideral”, avalia Mangabeira.

A partir deste “triplo imperativo”, o plano formula a proposta para a reorganização das três Forças Armadas. Mangabeira cita o exemplo do Exército, que conta hoje com uma parte relativamente mais avançada, chamada de Força de Ação Estratégica Rápida (Faer), que envolve apenas 10% do seu efetivo. A proposta é que todo ele seja reorganizado no nível da brigada modular, que é o componente básico do Exército, a partir do modelo da Faer. “Em vez de o Exército ter dentro de si uma vanguarda, todo o Exército viraria uma vanguarda”, diz.

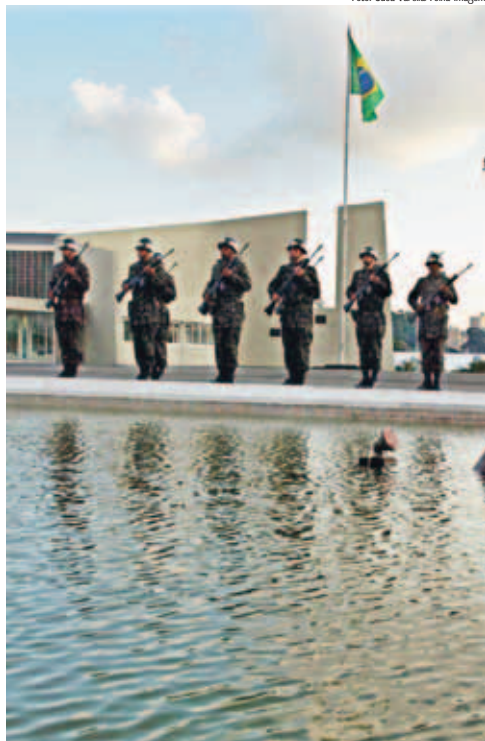
Essa nova cultura militar exige mudanças no relacionamento entre as três forças, que terão que ter a capacidade de atuar em



Foto: Stockport

Plano contempla a reconfiguração das Forças Armadas, a reconstrução da

Foto: Juca Varella/Folha Imagem



Pressuposto republicano diz que as Forças Armadas são 'a própria Nação em armas'

rede “com os outros elementos da própria força e com as outras forças no monitoramento da superfície da terra e do mar”. O aspecto mais complexo, no entender do ministro Mangabeira, é a capacidade que os indivíduos terão que assumir para aceitar a própria mudança de paradigmas. “A força regular, sem perder as suas características de hierarquia e de disciplina, tem que ganhar os atributos historicamente associados a uma força irregular, inclusive a sua extrema flexibilidade no teatro de operações: o guerreiro vira também um guerrilheiro”, explica.

O OUTRO PÉ A segunda parte do tripé é a reconstrução da indústria nacional de defesa. O plano vislumbra a elaboração de um modelo legal regulatório, com tributação especial para as empresas privadas de defesa, que assegure a continuidade nas compras públicas e que até mesmo exima as empresas privadas de defesa das regras gerais de

licitação. O Estado, por sua vez, passaria a exercer um poder estratégico sobre as empresas, podendo, inclusive, impor uma lista de equipamentos a partir dos interesses nacionais.

Outra prerrogativa fortemente defendida por Jobim é o compartilhamento do conhecimento nas parcerias internacionais. “Não se pode ter uma força dissuasória, que é necessidade brasileira, com base em insumos exclusivamente estrangeiros. O Brasil não vai ser um comprador de prateleira. Queremos fazer negócio para desenvolvermos a capacitação nacional”, diz Jobim.

“Vamos insistir para que em nossas parcerias com países estrangeiros, em matéria de tecnologias de defesa, não sacrifiquemos o futuro ao presente. Que toda parceria seja pautada pelo critério de colaborar para o fortalecimento de nossas capacitações tecnológicas independentes”, acrescenta Mangabeira.

COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS A composição das Forças Armadas é a terceira perna de sustentação do plano e inclui

a discussão sobre o serviço militar obrigatório. A idéia central é resgatar um pressuposto republicano de que as Forças Armadas sejam “a própria Nação em armas”.

Entra aí a exigência de que as três Forças contem com soldados profissionais e preparados intelectualmente. “É bom que nas academias militares haja um número cada vez maior de jovens pobres, da classe trabalhadora. Mas não seria bom para o país que o oficialato fosse recrutado apenas nessa classe”, ressalta Mangabeira. Sobre o serviço militar obrigatório, o programa apresenta, segundo Mangabeira, um espectro que vai de “soluções minimalistas”, como manter a situação como está hoje, até as “maximalistas”, com a efetiva obrigatoriedade do serviço atingindo as várias classes sociais.

“Como está hoje, é apenas formalmente um serviço obrigatório e, na realidade, é um serviço voluntário”, diz. A intenção não é aumentar o efetivo das Forças Armadas, mas qualificar o efetivo. O que ocorre agora, na prática,

Foto: Marlene Bergamo/Folha Imagem



Aspecto mais complexo é fazer os indivíduos aceitarem a própria mudança de paradigmas, diz ministro

Articulação no continente sul-americano

Paralelamente ao Plano Estratégico Nacional de Defesa, o Brasil articula junto aos países vizinhos da parte sul do continente a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. A proposta foi apresentada em maio deste ano na reunião extraordinária de chefes de Estado e de governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a formatação do conselho deverá ficar pronta até o fim do ano.

O princípio é o mesmo da estratégia nacional, o que significa a afirmação sul-americana perante o mundo. “Já que as condições individuais de dizer não e ter uma posição de maior influência no mundo são uma coisa que não sai unilateralmente na América do Sul, então é preciso fazer com que o continente possua isso, com todas as suas assimetrias”, defende o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O governo brasileiro sugere que os países da região tenham um foro dedicado à análise e discussão dos temas de defesa, para consolidar o continente como zona de paz e cooperação, livre de conflitos, no momento em que a região ganha protagonismo no mundo.

Um dos focos é a integração das bases industriais de defesa. Dessa maneira, fomenta o desenvolvimento desse setor industrial, um dos principais pilares da política nacional. A proposta brasileira é estruturar cadeias de produção de material de defesa na região, aproveitando as possibilidades de cada país, gerando ganhos de escala que justificam investimentos elevados.

A região pode ganhar também com a capacitação em tecnologias avançadas, com efeitos positivos em toda a estrutura produtiva de cada país. Jobim cita que já há experiência nesse sentido, como a parceria entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a sua correlata chilena Enaer, que fornece caudas de avião para a brasileira.

O ministro enfatiza ainda que não se trata de uma aliança militar, mas apenas de um foro de discussões. A proposta brasileira não prevê, por exemplo, a criação de exércitos comuns ou de forças conjuntas de caráter permanente.



é que serve quem quer, pondera o ministro. Mangabeira defende que a Nação precisa decidir se ela prefere Forças Armadas formadas só pela juventude pobre. Caso seja essa a solução, o caminho é oferecer a esses jovens, normalmente com baixo nível de escolaridade, educação regular, além da militar.

SOLUÇÃO MAXIMALISTA A solução maximalista, defendida por Mangabeira, tem duas partes. Uma propõe fazer o serviço militar obrigatório ser realmente obrigatório. Para isto, é preciso

que as Forças Armadas escolham quem elas querem que prestem o serviço militar. Neste caso, os critérios propostos são a conjugação do rigor físico com a capacidade analítica e a representação de todas as classes e regiões do país.

A segunda parte sugere que quem não prestar o serviço militar obrigatório prestará o serviço social obrigatório, de preferência numa região do país diferente de onde ele se origina, de acordo com a sua direção profissional, como o estudante de arquitetura que ajudaria a desenhar casas populares ou o estudante de me-

dicina cuidando da saúde pública. Esses prestadores de serviço social receberiam um treinamento militar rudimentar para poder compor uma força de reserva mobilizável, em caso de necessidade.

“Não é ou tudo ou nada. O que é importante em primeiro lugar é que a Nação compreenda que há diferentes rumos. Alguns muito mais ambiciosos e muito mais exigentes em termos de sacrifício do que outros. Por mim, como cidadão, eu vou advogar pelo mais ambicioso e que exige mais sacrifícios”, diz Mangabeira, ao defender a solução maximalista. **i**

A sustentabilidade em questão

Novos estudos chegam a conclusões diferentes sobre o grau de tranquilidade que vai presidir a rolagem da dívida brasileira

Por Luiz Fernando Dutra, do Rio de Janeiro





Pesquisa do Ipea conclui que a dívida é sustentável nos próximos dois

Quase todos os especialistas que se manifestam sobre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) dizem que é pouco provável surgirem dificuldades para o Brasil rolar o estoque nos próximos anos. Mas a possibilidade de piora do cenário macroeconômico no plano internacional, com conseqüências no plano nacional, tem demandado novas discussões sobre o grau de tranqüilidade que vai presidir essa rolagem. A sustentabilidade da DLSP foi tema de dois trabalhos recentes, um de autoria de três pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mário Jorge Mendonça, Manoel Carlos de Castro Pires e Luiz Alberto Medrano, e outro de autoria do professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro, em parceria com Jaime Ferreira Dias, da Universidade

Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. As conclusões foram divergentes.

No Texto para Discussão *Administração e sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma análise para o período 1995-2007*, publicado em julho deste ano sob o número 1.342, os pesquisadores do Ipea concluem que a dívida é sustentável nos próximos dois anos e meio, com poucas chances de ultrapassar os 50% do Produto Interno Bruto (PIB) e com boas probabilidades de cair abaixo dos 40%. Para chegar a esses resultados, os técnicos utilizaram a simulação de Monte Carlo, projetando vários cenários para a economia brasileira nos próximos 30 meses.

No estudo *Uma análise sobre a sustentabilidade de médio prazo da dívida pública brasileira sob condições de risco*, também realizado em julho deste ano e igualmente utilizando a simulação de Monte Carlo, Oreiro chegou a uma conclusão bem menos favorável. De acordo com seu exercício, caso a economia se comporte como no período entre julho de 2001 e dezembro de 2007, a dívida pública média no período de 2008 a 2012 corresponderá a 47,5% do PIB, portanto superior em quase cinco pontos percentuais à dívida verificada no final do ano passado, quando ficou em 42,7% do PIB. Além disso, a dívida em dezembro de 2012 tem 75% de chance de estar maior que a verificada em dezembro de 2007, quando representava 42,7% do PIB.

Segundo Mário Jorge Mendonça, do Ipea, o trabalho do qual ele participou utiliza vários cenários de PIB, taxa de juros, superávit primário, reações do Tesouro Nacional quando há aumento da dívida e outras variáveis para verificarem se a DLSP é sustentável nos próximos 30 meses. A conclusão foi que a probabilidade de a dívida ultrapassar 50% do PIB é muito pequena, inferior a 5%, e só se tornaria realidade caso houvesse uma crise externa muito forte que forçasse



Não existe segurança absoluta, mas reduzir a dívida...

o Banco Central brasileiro a aumentar muito a taxa de juros, freando o crescimento do país.

ALONGAMENTO “O Brasil hoje está muito melhor que em anos anteriores. O governo trocou os papéis indexados ao câmbio por títulos de renda fixa, praticamente eliminando a possibilidade de a dívida aumentar rapidamente caso o dólar volte a subir muito. Além disso, o país está crescendo e, quando isso acontece, o tamanho da dívida em relação ao PIB diminui”, diz Mendonça, acrescentando que seria bom se o governo conseguisse aumentar a participação dos papéis pré-fixados na composição da dívida e alongasse os prazos de vencimento. “A dívida americana é altíssima, mas não preocupa porque os papéis têm 30 anos de prazo. O mundo acredita na capacidade de eles pagarem e os financiam. Acho

Foto: Divulgação/Banco Central



Dívida só ultrapassará 50% do PIB se uma crise externa forçar o Banco Central a aumentar muito os juros

anos e meio, e com probabilidade de cair abaixo dos 40% do PIB



Foto: Reuters

...dá conforto para enfrentar as crises externas

que deveríamos aproveitar a economia mais estável para alongar o perfil da nossa dívida”, diz.

Segundo Mendonça, não existe um número mágico que indique segurança absoluta em relação à dívida pública, mas ele acredita que, se o Brasil conseguir reduzi-la para o equivalente a 35% do PIB, vai ficar em situação mais confortável para enfrentar eventuais crises externas, como a que hoje afeta os mercados financeiros internacionais, por causa da crise do *subprime* nos Estados Unidos. Para ele, o fato de o Brasil ter se tornado credor internacional (com reservas maiores que a dívida externa) repercute de maneira positiva no mercado financeiro internacional, facilitando a rolagem da dívida pública. “Isso dá mais confiança e tranquilidade ao investidor estrangeiro que aplica recursos no Brasil, claro”, sentença.

Outro pesquisador do Ipea, Manoel Castro Pires, assinala que a situação mudou muito nos últimos anos no que diz respeito ao endividamento público. Hoje, observa, o Tesouro Nacional não encontra dificuldades para colocar seus títulos, mesmo os indexados ao câmbio, como aconteceu nos períodos de crise, em 1999 e em 2002, quando o real se desvalorizou fortemente em relação ao dólar, fazendo a relação dívida/PIB subir de 28,1% em dezembro de 1994 para 55,9% em junho de 2002.

A partir de 2003, o governo parou de emitir títulos cambiais e ao mesmo tempo aumentou as reservas brasileiras. Com isso, deixaram de acontecer as enormes variações da taxa de câmbio observadas, principalmente, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – na crise de 1999, o dólar saltou rapidamente de cerca de R\$ 1,10 para R\$ 1,90; na de 2002, de R\$ 2,70 para quase R\$ 4,00. Hoje, ao contrário, se o câmbio disparar, a dívida cai, porque os ativos são maiores que os passivos.

JAPÃO E ITÁLIA “Mantido o cenário atual de crescimento do PIB e superávit primário alto, não devemos ter problemas com a dívida”, avalia Manoel Pires. Para ele, o Brasil, mesmo com os bons indicadores atuais, não tem como emitir muito, o que de qualquer maneira não seria bom. “Alguns países, como Japão e Itália, têm uma relação dívida/PIB muito maior que a nossa. Mas são países que têm um mercado financeiro mais forte que o nosso e, portanto, podem emitir mais por prazos mais longos”, explica Pires.

O desafio do Brasil neste momento, segundo ele, é conseguir fazer melhorias qualitativas na dívida – trocando os papéis pós-fixados por pré-fixados e tentar alongar o prazo dos vencimentos. “Não adianta ter uma dívida perto dos 30% do PIB, que é o patamar internacional, se os títulos vencem no mesmo ano. Isso

significaria que o governo iria necessitar de algo equivalente a 2% do PIB por ano para se financiar. Nos últimos três ou quatro anos, temos gasto aproximadamente esses 2% do PIB para financiar a dívida pública. Se os prazos fossem mais longos, a pressão seria zero.”

Para Manoel Pires, um dos problemas enfrentados pelo Brasil é a falta de capacidade para investir, decorrente, principalmente, de entraves institucionais. “O governo deveria aproveitar o bom momento da economia para reduzir a dívida e não simplesmente rolar. Com uma dívida menor, o Brasil enfrentaria menos problemas em caso de crises externas”, propõe o técnico do Ipea, que, apesar dos recentes aumentos de gastos, acredita que em 2010 o país terá finalmente alcançado o superávit nominal, ou seja, vai arrecadar mais do que gasta.

Foto: José Paulo Lacenda



Otimista, o Tesouro se comprometeu a reduzir a dívida pública para 31,1% do PIB até o final de 2011



Foto Reuters

Estudo de professores universitários calcula a dívida pública média de

NÃO É TRAGÉDIA No exercício realizado por José Luís Oreiro, foram feitas 5 mil simulações com base no comportamento da economia no período entre junho de 2001 e dezembro de 2007. A dívida pública média obtida com essas simulações para o período 2008-2012 ficou em 47,5% do PIB. Essa média foi obtida num cenário em que a taxa de juros é declinante, situação oposta à atual, como Oreiro faz questão de ressaltar.

“Não estou prevendo nenhuma tragédia, mas estou preocupado. O déficit em transações correntes cresceu numa velocidade incrível nos últimos meses. O tamanho dele agora nem é tão importante. O preocupante é a trajetória. As nossas importações estão crescendo duas vezes mais rápido que as nossas exportações. No médio prazo isso indica ampliação do déficit e risco de problemas”, alerta Oreiro. Segundo ele, em um cenário destrutivo, que pode se materializar já a partir de 2009, com redução do crescimento mundial, queda no preço das *commodities*, declínio na entrada de capitais e aumento da taxa de juros por parte do Banco Central, a dívida pública entraria novamente em trajetória ascendente, colocando a estabilidade econômica em risco.

“Este é um cenário possível. Ninguém no mundo sabe o tamanho da crise do *subprime*. As pessoas com quem conversei na Europa estão muito preocupadas. Temos reservas de US\$ 200 bilhões, mas, se houver uma parada súbita na economia mundial e os recursos externos diminuïrem, o Brasil vai sofrer. Ainda temos uma economia frágil. Se o dólar começar a subir muito, o Banco Central vai ser obrigado a elevar os juros. A economia vai ter uma parada súbita. Como a nossa dívida pública ainda tem uma grande quantidade de papéis pós-fixados, ela vai subir”, adverte Oreiro.

AJUSTES Para não repetir o erro de outros países, que, segundo ele, em crises passadas confiaram demasiadamente em suas “enormes reservas internacionais” e se deram conta de que elas não eram suficientes quando as reservas acabaram e a crise continuou Oreiro propõe alguns ajustes na política cambial.

“O Brasil deveria adotar metas implícitas de câmbio e fazer controle de capitais enquanto ainda tem reservas de US\$ 200 bilhões. A nossa economia ainda é frágil. Em agosto de 2009, caso continue na atual trajetória, o déficit em conta corrente vai superar 2% do PIB. Essa é uma zona perigosa, porque o país começa a ficar dependente da expectativa dos agentes. Esses 2% do PIB equivalem a US\$ 30 bilhões; se somarmos as amortizações, chegaremos a uma necessidade de financiamento externo de US\$ 50 bilhões por ano. É muita coisa em tempo de crise”, afirma.

Outra preocupação do professor da UnB é quanto à parte da dívida pública indexada à Selic, que, segundo ele, já está chegando à casa

dos 40%. Para acabar com os títulos pós-fixados, “uma aberração que só existe no Brasil”, Oreiro propõe uma medida radical que, reconhece, não tem a menor chance de ser adotada pelo atual governo.

“A presença de títulos pós-fixados enfraquece a política monetária. Na minha opinião, o governo deveria



2008 a 2012 em 47,5% do PIB, acima dos 42,7% ao final de 2007

elevar o superávit primário para 7% do PIB por um período curto, de aproximadamente um ano, e nesse prazo recomprar as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e vender títulos pré-fixados. Diante desse cenário, os bancos que estão com as carteiras recheadas de pós-fixados venderiam com medo de perder rentabilidade.

A única maneira de acabar com os pós-fixados é com um choque. Gradualismo só funciona quando a taxa de juros está caindo. Pelas minhas projeções, a Selic chega a 14,25% em outubro e pode subir até 17%”, diz Oreiro.

LDO OTIMISTA No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), divulgado em agosto, o Tesouro Nacional se comprometeu a reduzir a dívida pública para o equivalente a 31,1% do PIB até o final de 2011, ante os atuais 42,7%. Essa redução aconteceria num cenário favorável, com a taxa básica de juros caindo dos atuais 12,75% para médias anuais de 10,63% em 2009, 10,02% em 2010 e 9,37% em 2011. A LDO fixou em 2,85% do PIB a meta anual de superávit primário do governo central e em 3,80% a meta do superávit primário consolidado, que inclui estados e municípios.

O coordenador do Curso de Produção do Departamento de Economia da UnB, Flávio Rabelo Versiani, considera as metas anunciadas na LDO “otimistas demais”. Autor de um estudo sobre a dívida entre 1994 e 2002, período em que ela cresceu fortemente influenciada pelas crises cambiais ocorridas no país, Versiani afirma que não espera “grandes sustos” na rolagem da dívida nos próximos anos, mas diz lamentar o fato de o governo não aproveitar o momento favorável para reduzir a dívida.

“Infelizmente, o governo continua gastando mais do que arrecada, mesmo arrecadando muito, como tem feito nos últimos meses. Não acredito que tenhamos problemas iguais aos de 2002, quando a dívida deu um salto devido à desvalorização cambial, mas poderíamos estar numa situação melhor”, avalia Versiani. Como



Foto: Stockport

cenário confortável ele cita o padrão internacional abaixo do equivalente a 30% do PIB, o que considera distante para o Brasil, que, diz ele, “caminha na direção contrária” ao aumentar os gastos correntes acima da taxa de crescimento do PIB e, ao mesmo tempo, ao reduzir a sua capacidade de investimento.

“Na década de 1970, o governo investia aproximadamente 5% do PIB e atualmente fica perto de 1,5%. É verdade que o perfil da dívida tem melhorado nos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, temos sinais preocupantes, como a piora acelerada do balanço de pagamentos. Mais do que o próprio déficit, o que preocupa é a velocidade. Se continuar assim, nos próximos dois ou três anos poderemos ter problemas”, diz Versiani.

No entanto, ele diz não esperar nada semelhante ao que aconteceu no período entre 1994 e 2002. “Aquele foi uma situação específica, causada pela desvalorização da moeda. Hoje, os nossos fundamentos estão bem melhores”, reconhece. “Estamos perdendo uma ótima oportunidade de reduzir a nossa dívida e ampliar a nossa capacidade de investir”, diz o professor, arrematando que “boas oportunidades não aparecem sempre”.

15,34	55,89	11,01
96,66	119,73	90,21
12,55	29,52	8,23
14,85	41,90	11,79
29,73	78,30	17,09
51,65	96,87	47,09
46,27	74,73	39,20
40,00	35,47	13,40
6,25	12,10	7,00
33,72	50,43	38,38
24,87	30,87	26,78
16,51	26,25	14,90
49,00	64,98	43,90
52,71	11,00	49,20
10,90	23,07	10,00
19,99	21,10	10,00
14,92	17,10	10,00
29,77	40,98	10,00
16,32	40,98	10,00
98,84	110,00	10,00
72,10	100,00	10,00
75,11	100,00	10,00
8,99	10,00	10,00

Foto: Getty Images

RODOVIAS

Onde mora

o perigo

Pesquisa identifica as características marcantes dos trechos mais perigosos nas estradas brasileiras

Por **Manoel Schlindwein**, de São Paulo

Como verdadeiros artífices da boléia, motoristas acostumados com o dia-a-dia das longas rodovias que cruzam o país, de cidade em cidade, sabem exatamente onde desviar, diminuir a marcha ou frear por conta da falta de segurança das vias. Para eles, não é novidade aquela curva que requer habilidade e experiência. O problema é que a estrada não foi feita exclusivamente para os graduados no volante. As pistas deveriam ser construídas para serem seguras, com rotas suaves e sem surpresas indesejáveis. Um trabalho inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta os erros de engenharia e planejamento urbano cometidos na construção das principais rodovias brasileiras que poderiam ser evitados já na sua concepção.

Intitulado *Fatores Condicionantes da Gravidade dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras* (disponível para *download* no site do Ipea e pode ser localizado entre as publicações chamadas de Texto para Discussão), o trabalho feito por duas pesquisadoras do Instituto e dois consultores externos somou esforços para localizar onde estão os problemas das rodovias brasileiras. Os pesquisadores buscaram indicadores no banco de dados do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Datatran, e escolheram para estudo de caso duas rodovias: a BR-116, no trecho São Paulo-Curitiba (especificamente o trecho de 186 quilômetros entre a capital do estado e a cidade de Registro, no Vale do Ribeira); e a BR-324, na Bahia (trecho de 143 quilômetros entre Salvador e Feira de Santana). A escolha baseou-se na identificação de elevados índices de vítimas fatais e não-fatais (incluindo os pedestres) e no fato de serem estradas que alternam trechos de pistas simples e de pistas duplas.

Atropelamentos de pedestres representam 3,6% do total dos acidentes

Bastou tabular os dados, coletados no período entre julho de 2004 e junho do ano seguinte, para as conclusões saltarem das planilhas. Dos 110 mil acidentes registrados, 5% tiveram pelo menos uma morte e 33% apresentaram feridos, mas não vítimas fatais. O quarteto de pesquisadores observou que três tipos de acidente geraram pouco mais de 50% das vítimas fatais. Foram os atropelamentos de pedestres, as colisões frontais e as colisões laterais. Muito reveladora é a estatística dos atropelamentos de pedestres. “Esses acidentes, todos com vítimas fatais ou pessoas feridas, representam 3,6% do total dos acidentes e 13% das vítimas feridas ou mortas. Entretanto, este número relativamente pequeno de atropelamentos foi responsável por 19,1% do total das mortes nos acidentes”, destaca a pesquisadora Patrícia Alessandra Morita.

PREVISIBILIDADE Segundo a pesquisa, há uma espécie de previsibilidade nos atropelamentos de pedestres, sendo que 40% desse tipo de acidente ocorrem no período noturno e 40%, nos finais de semana. Dá quase para afixar uma placa com os dizeres: “Evite atravessar a rodovia à noite, sábados e domingos”. Os atropelamentos de pedestres só perdem, em gravidade, para as colisões frontais, que correspondem a 4% dos acidentes – mas são responsáveis por 24,6% do total de óbitos. Um panorama ainda mais claro sai da soma dos dois indicadores. Juntos, atropelamentos de pedestres e colisões frontais responderam por 7,6% dos acidentes e por 43,7% das vítimas fatais.

Os resultados sobre colisões frontais não surpreenderam os pesquisadores. “Cerca de 90% dessas colisões, como era de esperar, ocorreram em pistas simples, com tráfego nos dois sentidos, sem separação física dos fluxos opostos”, diz Patrícia Morita. A



O comportamento inadequado dos pedestres é um dos fatores que geram os atropelamentos, mas é difícil...

Foto: Guto Kuerten/Folha Imagem



Surpresa na pesquisa: só 2,1% dos acidentes são por buracos na pista e 1,4% por defeitos na pista

mas são responsáveis por 19,1% do total das mortes, aponta a pesquisa

Foto: Patrícia Santos/Folha Imagem



...definir no Brasil comportamento adequado

fim de se concentrar na busca da redução do número de óbitos, três tipos de acidente foram deixados de lado pelos pesquisadores do Ipea. São eles os com vítimas feridas mas não fatais, como colisões traseiras (24,1% dos acidentes e 14,7% das vítimas feridas), colisões laterais (17% dos acidentes e 14,1% das vítimas feridas) e saídas de pista (13% dos acidentes e 13,5% das vítimas feridas).

A análise das condições das rodovias exigiu grande trabalho de campo para a vistoria dos trechos selecionados. Nestas viagens, os pesquisadores do Ipea foram acompanhados por inspetores da Polícia Rodoviária Federal, que forneceram viaturas e dados complementares ao Datatran. As equipes tinham à mão listagens com a relação de acidentes e sua localização geográfica nas vias. Como os autores do trabalho explicam, em cada local de registro de ocorrências concentradas de acidentes com mortes e feridos, a

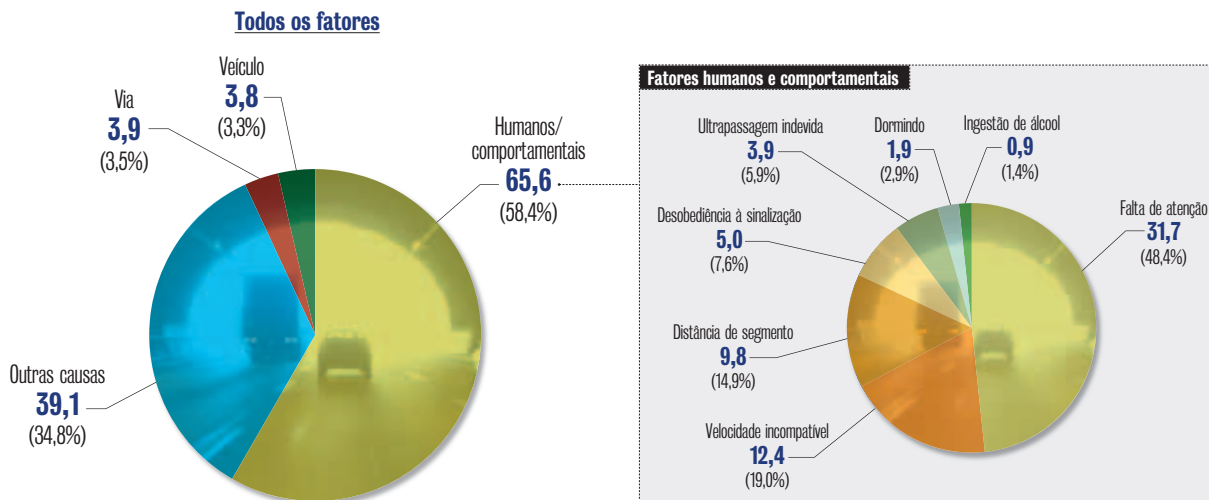
equipe parava para vistoriar e discutir mais detalhadamente sobre o trecho.

Modificações feitas depois do intervalo 2004/2005 foram apresentadas pelos policiais rodoviários, assim como novos pontos críticos desde então. Os técnicos registraram tudo em fotos e vídeos digitais, relatórios e fichas de auditoria. Essas fichas (quatro para a BR-116 e cinco para a BR-324) contêm dados relativos a locais de ocorrência de atropelamentos de pedestres e de outros tipos de acidente com feridos e mortos, como condições de sinalização, ocupação lindeira, iluminação pública e conservação, além de incluir recomendações para diminuir a frequência ou gravidade dos acidentes no local.

PONTOS CRÍTICOS Um dos pontos críticos para a incidência constante de atropelamentos é a ausência de calçadas, passarelas, ciclovias, muretas ou qualquer forma de garantir a segu-

Fator humano responde por dois terços dos acidentes

Fatores que mais contribuem para os acidentes
(em milhares e em %)



Fonte: Coordenação Geral de Operações da Divisão de Planejamento Operacional da Polícia Rodoviária Federal/Ministerio da Justiça — Núcleo de Estatística/Datatran de 2004

Pedestres atropelados só perdem em gravidade para as colisões frontais,

Um custo de R\$ 24,6 bilhões anuais

O Texto para Discussão *Fatores Condicionantes da Gravidade dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras* é um dos muitos frutos de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), órgão ligado ao Ministério das Cidades, cujos resultados finais foram apresentados em outubro de 2006. O documento que resume esses resultados, intitulado *Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras*, está disponível para download no site do Ipea (link: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=276).

A pesquisa indica que um acidente com vítimas fatais custa em média à sociedade R\$ 271,6 mil, enquanto acidentes com feridos custam R\$ 34,1 mil e acidentes em que os passageiros saem ileso custam R\$ 4,7 mil. O estudo estima que o custo total dos acidentes nas rodovias brasileiras seja de R\$ 24,6 bilhões anuais. “Os cálculos levam em conta diversos fatores, desde a remoção e traslado até o custo do afastamento da pessoa do trabalho”, explica o pesquisador do Ipea José Aroudo Mota, responsável pela atualização dos dados da pesquisa.



Foto: Mancor Lopes, Junior/Foto Imagem

Foto: Sxc.hu

O custo dos acidentes varia conforme o estado

Custo médio de um acidente a sociedade em rodovias estaduais (em R\$ mil)



Fonte: Coordenação Geral de Operações da Divisão de Planejamento Operacional da Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça — Núcleo de Estatística/Denatran de 2004

rança de pedestres. “Nos dois trechos vistoriados, fora das áreas urbanas com calçadas, quase não foram observadas condições apropriadas para a circulação de pedestres ao longo da rodovia”, alerta Patrícia Morita. O mesmo vale para as condições de travessia: com poucas exceções, elas são precárias. “Os pedestres atravessam quando possível, nas brechas entre os veículos, mas, em alguns locais e horários de fluxo veicular mais alto, quase não existem brechas adequadas para travessia.”

Os pesquisadores admitem que o comportamento inadequado dos pedestres “é, sem dúvida, um dos fatores que geram os atropelamentos”. Mas afirmam que “em muitos dos locais vistoriados de atropelamento, com engenharia inadequada, é muito difícil, se não impossível, definir qual seria o comportamento adequado para os pedestres, uma vez que o sistema não apresenta condições seguras para travessia”. O pior, segundo constatam, é que no Brasil não há uma padronização no tratamento da travessia. E o melhor é que, por incrível que pareça, a solução não é tão difícil. “Todos os locais de travessia vistoriados apresentaram potencial de implementação de medidas de baixo ou médio custo para tornar as condições mais seguras para os pedestres.”

Embora reconheçam que os pedestres são co-responsáveis pelos atropelamentos, por conta de sua imprudência, os autores do texto apontam a engenharia inadequada das rodovias como fator que “contribuiu muito significativamente” para as ocorrências. Segundo eles, em alguns locais há medidas excelentes (como passarelas) e outras absolutamente condenáveis (falta de pintura e sinalização). Segundo a pesquisadora Ieda Maria de Oliveira Lima, “diversos locais de travessia onde ocorrem atropelamentos poderiam ser melhorados consideravelmente por

que são só 4% dos acidentes e respondem por 24,6% do total de óbitos

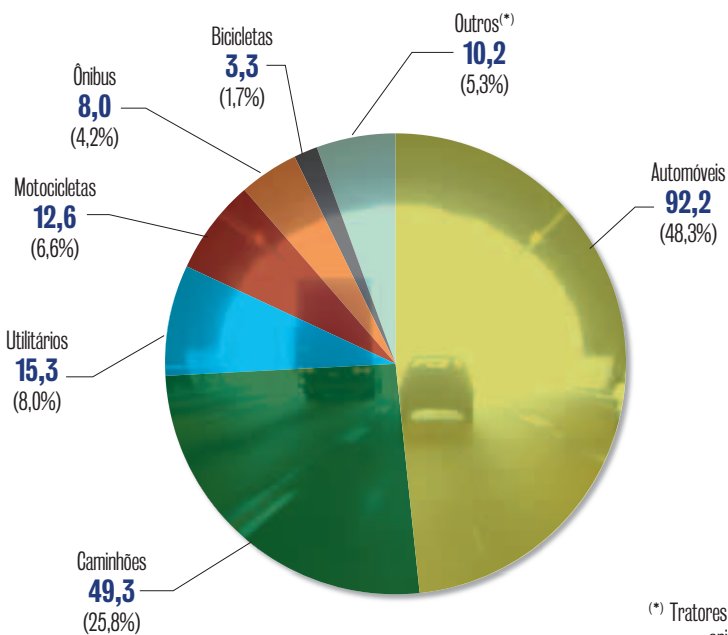
Foto: Delfim Martins/Pulsar



Proposta dos pesquisadores é fazer um cadastro de todos os pontos de travessia

Automóveis estão em metade dos acidentes e caminhões em um quarto

Acidentes nas rodovias federais em 2004 de acordo com o tipo de veículo envolvido (em milhares e em %)



(*) Tratores, triciclos, animais, etc.

Fonte: Coordenação Geral de Operações da Divisão de Planejamento Operacional da Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça — Núcleo de Estatística/Datatran de 2004



Foto: Caco Queiroz/Foto Imagem

meio de ações simples e de custo relativamente baixo”.

A proposta dos pesquisadores é de ser feito um cadastramento de todos os pontos de travessia das rodovias, contendo dados como fluxo de veículos, largura da via, visibilidade e velocidade dos veículos. Este trabalho serviria de base para o início das intervenções (construção de calçadas, implementação de lombadas eletrônicas, entre outras). O resultado levaria à redação de um “Manual de Projetos Padronizados de Circulação de Pedestres nas Rodovias Federais”, um documento a ser adotado pelas autoridades na construção de novas estradas.

FAIXA EXTRA Quanto às colisões frontais e demais tipos de acidente, os pesquisadores verificaram diversos

trechos das rodovias que já deveriam ter sido duplicados, ou ainda casos onde se requer a construção de uma faixa extra (em aclives e declives, onde os caminhões retêm o fluxo dos demais veículos). A solução apontada é a mesma do caso anterior: primeiro, fazer um estudo detalhado e então partir para as medidas corretivas.

“Recomendamos vistorias de auditoria de todas as rodovias federais, priorizando os trechos com as maiores concentrações de mortes e feridos com base nos dados do Datatran”, salienta Ieda Lima. Outra recomendação dos pesquisadores é a criação de um arquivo centralizado de problemas críticos no trânsito, a ser alimentado regularmente pela Polícia Rodoviária Federal e pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Uma

Foto: Benonias Cardoso/Folha Imagem

Resultados da Lei Seca

Sancionada no dia 19 de junho, a Lei Seca, nova legislação que pune severamente os motoristas que dirigem após tomar bebidas alcoólicas, apresentou indicadores espetaculares de redução de acidentes nas estradas. Um levantamento da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo divulgado em agosto informa que o número de atendimentos a vítimas de acidentes nos hospitais estaduais foi 49,2% menor nos dois primeiros meses de vigência da Lei Seca em relação ao período imediatamente anterior à sua entrada em vigor. Segundo a pesquisa, houve cerca de 9 mil acidentados a menos.

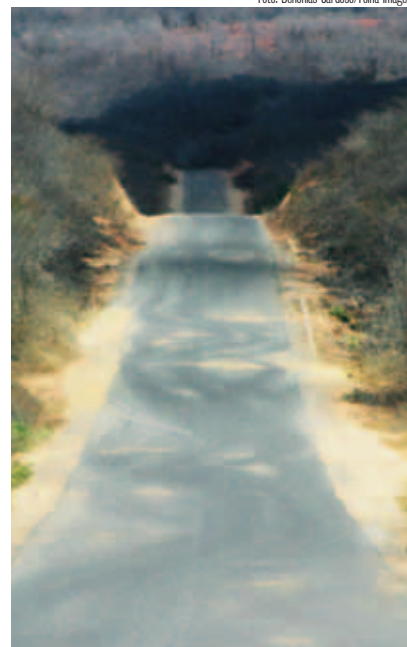
De 21 de julho a 17 de agosto, os 30 hospitais ligados à secretaria com serviço de pronto-socorro na região metropolitana de São Paulo realizaram 4.915 atendimentos a vítimas de acidentes, 46% a menos que os 9.102 registrados no período de 19 de maio a 18 de junho. Entre 19 de junho e 20 de julho foram contabilizados 4.449 atendimentos, totalizando 9.364 ocorrências em aproximadamente 60 dias de vigência da nova lei. De 19 de abril a 18 de maio haviam sido 9.331 atendimentos nesses hospitais.

De acordo com técnicos da Secretaria da Saúde, a pequena alta no número de atendimentos a acidentados no segundo mês da lei em relação ao primeiro é creditada pela secretaria ao maior número de veículos nas ruas em agosto, uma vez que julho é mês de férias escolares. Na comparação com o período entre 21 de julho e 17 de agosto de 2007, quando os hospitais estaduais realizaram 8.824 atendimentos a vítimas de acidentes, a redução é de 44,3%. No ano passado foram registrados 7.741 atendimentos entre 19 de junho e 20 de julho e 8.857 nos 30 dias imediatamente anteriores.

“A aprovação da Lei Seca, a fiscalização rigorosa nas ruas e a grande exposição do assunto na mídia nos últimos dois meses contribuíram decisivamente para que as pessoas começassem a mudar de hábito, evitando dirigir após beber. Com isso, os acidentes diminuíram, poupando dezenas de vidas”, afirma o secretário da Saúde paulista, Luiz Roberto Barradas Barata.



Foto: Jota Sherf/diá Imagem



Outra recomendação dos pesquisadores é criar um arquivo centralizado de problemas críticos

com um contrato de conservação, pois aguardamos o leilão de concessão previsto para outubro”, afirma. Pontes garante que as recomendações do Ipea serão encaminhadas à ANTT em janeiro de 2009, quando o calendário para a concessão da rodovia registra o início da operação da empresa vencedora do leilão. O mesmo vale para a BR-116, que também foi concedida à exploração da iniciativa privada pelo governo federal.

Cabe lembrar, reforça o superintendente, que o projeto executivo de engenharia para a construção de uma rodovia leva em consideração a quantidade e classificação dos veículos de transporte e de carga que irão por ela trafegar, tendo como base contagens de tráfego volumétricas e classificatórias, além de pesquisas de origem e destino. O importante, destaca, é que o projeto “levasse em conta a existência de travessias urbanas, incluindo no projeto dispositivos que visem garantir a segurança dos usuários, tais como passarelas, passagens subterrâneas e sinalização específica”. **1**

força-tarefa deveria ser criada imediatamente para solucionar os problemas mencionados no banco. Por fim, o arquivo deveria compartilhar dados com o Datatran, de modo a dar mais solidez e complementaridade às informações.

O DNIT, órgão ligado ao Ministério dos Transportes, afirma ter conhe-

cimento do que se passa nas rodovias em questão. O superintendente regional da Bahia, Saulo Pontes, garante que a BR-324 é fiscalizada diariamente pelos engenheiros lotados na região. “Nós estamos cientes de suas condições estruturais e de rolamento. O que estamos fazendo é manter a rodovia

Reabilitação de áreas urbanas centrais



Foto: Rodrigo Nunes/M. Cidades

Vislumbra-se, com maior clareza, ações que dêem conta de destinar para o bem coletivo parcela importante desse enorme parque público imobiliário, para minimizar os efeitos nefastos do processo de desenvolvimento periférico e esvaziamento de áreas urbanas consolidadas, característica da urbanização brasileira

O modelo de desenvolvimento que orientou o crescimento dos grandes centros urbanos do país nas últimas décadas tem se pautado na expansão horizontal da cidade. Esse processo gera periferias pobres e subequipadas, ao mesmo tempo em que define eixos de expansão das classes média e abastadas, deslocando as centralidades de seus sítios originais para novos espaços mais adaptados ao padrão de consumo contemporâneo. Os resultados desse processo têm sido o abandono e a degradação dos centros tradicionais.

Para o conjunto da cidade, esse processo tem apresentado efeitos perversos que se revelam tanto na enorme quantidade de recursos necessários para continuamente equipar áreas distantes, como na subutilização de áreas já dotadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, onerando continuamente os cofres públicos. Por outro lado, nas áreas centrais e consolidadas da cidade que sofreram processo de esvaziamento de atividades e evasão populacional, a comercialização de imóveis vazios não constitui tarefa tão simples como a comercialização de áreas vazias.

Uma vez que os mercados para os quais os imóveis que hoje se encontram vazios foram projetados já não mais se encontram instalados nesses locais, a transformação do uso e, conseqüentemente, do projeto arquitetônico se impõe. Ou seja, em vez de uma indústria da construção civil, é necessária a implantação de uma indústria da reforma e requalificação de imóveis. A visão patrimonialista presente na sociedade e nas instituições e a falta de programas específicos de investimentos e financiamentos levam freqüentemente inúmeros imóveis a permanecer vazios por anos.

Este é o caso de vários imóveis pertencentes a fundos previdenciários públicos e ao patrimônio público municipal, estadual e federal em todo o país. Localizam-se, sobretudo, nas capitais e maiores cidades. Em sua maioria, são imóveis construídos nos anos 1940-1950, inseridos nas centralidades daquele período e que hoje se encontram sem função e sem liquidez que permita uma ágil negociação e destinação para cumprir função social. O efeito mais perverso desta subutilização se revela no paradoxo dos números que compõem nosso déficit habitacional. Grosso modo, enquanto o déficit é cal-

culado em 7 milhões de novas moradias, existem hoje no país 5 milhões de domicílios urbanos vagos.

Na cidade de São Paulo, são 400 mil domicílios urbanos vagos, a maioria situada em áreas consolidadas e centrais. No centro de São Paulo, são mais de 200 prédios inteiramente vagos, parte deles pertencente a empresas e fundos públicos. Em Recife e no Rio de Janeiro, por exemplo, os imóveis vagos chegam a 18% do total de domicílios da área urbana. Procurando enfrentar este tema, o Ministério das Cidades está implementando uma Política e um Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais que têm como objetivo a recuperação e reapropriação, pelos cidadãos, de áreas já consolidadas da cidade.

A política visa promover o uso e ocupação democrática das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência de população residente e a atração de população não-residente. O programa busca consolidar a cultura da reabilitação urbana e edificação nas áreas urbanas centrais em oposição à cultura dominante da construção nova, da periferização e expansão horizontal das cidades brasileiras. Para tanto, pretende utilizar terrenos de propriedade da União. Até o momento, alguns poucos imóveis públicos foram disponibilizados para reforma visando à habitação de interesse social em São Luís, Vitória, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Recife, etc.

Após seis anos de existência do Ministério das Cidades e de formulação e implementação de princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, vislumbra-se, com maior clareza, ações que dêem conta de destinar para o bem coletivo parcela importante desse enorme parque público imobiliário, para minimizar os efeitos nefastos do processo de desenvolvimento periférico e esvaziamento de áreas urbanas consolidadas, característica da urbanização brasileira.

Renato Nunes Balbim é coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades.

A elaboração deste texto contou com a colaboração das arquitetas Carolina Baima Cavalcanti e Leticia Miguel Teixeira, que compõem a equipe do Programa.

MELHORES PRÁTICAS

Em uma das regiões de população mais pobre do país, projeto de desenvolvimento sustentável do Baixo Sul da Bahia, feito com o cidadão, e não para o cidadão, ganha prêmio ODM Brasil

Por **Maria José Quadros**,
de Salvador



Terra rica, povo pobre

Foto: Eduardo Moody/Fundação Obbrecht



Programa tem por princípio o repúdio ao assistencialismo e prioriza

Nos mapas turísticos da Bahia, o Baixo Sul é chamado de Costa do Dendê, uma alusão à longa faixa da palmeira que acompanha o belo litoral. Seguindo para o interior, a região mostra muito mais: uma exuberante área de Mata Atlântica, muitos rios e cachoeiras. Uma terra rica, que, apesar disso, abriga uma população, na sua maioria, muito pobre, com pouca qualificação para o trabalho e, por isso mesmo, sem condições de sobreviver com dignidade.

Uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (Ides), a Associação dos Municípios do Baixo Sul, a Fundação Odebrecht e o próprio governo do estado atraiu entidades locais do terceiro setor, especialmente cooperativas e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), envolvendo, desse modo, a comunidade. Hoje, nove dessas entidades, todas independentes e autônomas, se responsabilizam pela execução dos projetos.

Daí surgiu, há dez anos, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia (DIS). A idéia que une os envolvidos é a de criar oportunidades para o desenvolvimento auto-sustentável da região e assim preservar o seu imenso patrimônio ambiental. O DIS Baixo Sul tem por princípio o repúdio ao assistencialismo: todo o trabalho é feito **com** o cidadão, e não **para** o cidadão.

Prioritariamente, o projeto envolve jovens de 14 a 24 anos, estimulando-os a atuar na família e na sociedade com iniciativa e compromisso. É um desafio e tanto, que está sendo enfrentado mediante a promoção do desenvolvimento simultâneo dos capitais produtivo, através da geração de trabalho e renda; humano, pela educação rural de qualidade; social, pela prática da cidadania; e ambiental, via preservação do meio ambiente.



Foto: Eduardo Moody/Fundação Odebrecht

A Cadeia Produtiva da Piçava melhora a vida dos produtores e ajuda a resgatar a identidade quilombola

A atuação do programa se estende aos 11 municípios que compõem a região, onde vivem cerca de 260 mil pessoas. Devido à variedade dos seus ecossistemas, o Baixo Sul abriga cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs) criadas pelo governo baiano com o propósito de evitar a exploração turística desordenada, o desmatamento e o extrativismo, que se constituem grandes ameaças ao equilíbrio ambiental.

ÁREA DO PRATIGI O DIS Baixo Sul dedica atenção especial à APA do Pratigi, uma área de 161,9 mil hectares distribuídos pelos municípios de Igrapiúna, Nilo Peçanha, Ituberá e Piraí do Norte.

Nesses municípios se concentra uma das maiores biodiversidades do mundo, em três pólos ecológicos – a Serra de Papuã, berço dos mais importantes rios que cortam a região; o Vale do Rio Juliana, que preserva intactos 63 mil hectares de Mata Atlântica; e o ecopolo Litorâneo, que abriga os estuários dos rios, compondo extensas restingas e manguezais.

Para preservar tamanha riqueza natural em meio à pobreza, era fundamental identificar alternativas econômicas que garantissem o sustento dos mais carentes, levando-os a trocar o desmatamento “formiga” – pelo qual a destruição da mata ocorre de forma

estimular jovens de 14 a 24 anos a atuar na família e na sociedade

lenta, mas constante –, a exploração irracional da mata e a pesca extrativista por práticas mais rentáveis e ambientalmente corretas. Tratava-se de desenvolver o capital produtivo e, para isso, era preciso estimular as vocações econômicas da região.

Surgiram assim as cadeias produtivas – da aqüicultura, da mandioca, do palmito e da piaçava. Sob a orientação de técnicos do programa, os produtores são estimulados a organizar-se em cooperativas, a fim de que tenham acesso à tecnologia e possam aumentar a qualidade e a quantidade da produção, alcançando produtividade cada vez maior.

O segundo passo é agregar valor ao que for produzido, através do be-

neficiamento e da industrialização, oferecendo ao produtor o acesso a unidades de transformação comprometidas com o programa. Por último, a cooperativa se articula com um parceiro comercial capaz de colocar o seu produto diretamente nas prateleiras dos supermercados, evitando a ação de atravessadores e conseguindo remuneração adequada.

BONS EXEMPLOS Antonio Rosário Cruz, de 47 anos, é todo satisfação e esperança desde que aderiu ao projeto da Cooperativa de Marisqueiros, Pescadores e Aqüicultores do Baixo Sul (Coopemar), que lidera a Cadeia Produtiva da Aqüicultura. Natural de Torrinhas,

um povoado do município de Cairu, migrou para Salvador, onde começou lavando carros, tornou-se cozinheiro, mas não conseguiu se firmar.

Desempregado, retornou à sua terra natal, onde alugou um barco, sem, contudo, conseguir ganhar o suficiente sequer para pagar o aluguel. Resolveu aderir ao projeto da Coopemar para criar tilápias em tanques-rede instalados no estuário, e agora se considera no caminho certo. Sua renda mensal aumentou de R\$ 200 para cerca de R\$ 600, com possibilidade de crescer mais.

A Coopemar tem como principal negócio a criação de tilápias adaptadas à água salobra do estuário. São 22 módulos de tilápias e 39 módulos de ostras, mantidos por 60 cooperados, cuja atividade funciona como alternativa à pesca predatória que vinha dizimando os peixes e mariscos dos estuários locais. As tilápias são beneficiadas por uma indústria prestadora de serviços, a P&C, que as transforma em filé.

Com o selo “produto solidário”, o peixe é vendido pelas redes de supermercados parceiras da iniciativa – Wal-Mart/BomPreço, Ebal/Cesta do Povo e G. Barbosa. “Agora tenho crédito no comércio e mais condições de criar meus sete filhos. Um deles está matriculado na Casa Familiar do Mar”, diz Antonio Cruz, referindo-se à instituição que tem como objetivo formar jovens empresários comprometidos com o desenvolvimento de suas comunidades e da região.

TECNOLOGIA LIMPA Os mesmos parceiros do setor varejista comercializam a farinha de mandioca, o palmito e os produtos de piaçava fabricados pelas outras cadeias produtivas e suas cooperativas. Dentre estas, a maior é a Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Cooptan), com mais de 500 membros, envolvendo 1,8 mil famílias de nove municípios.



Foto: Almir Bindilatti/Fundação Odebrecht

Artesanato de piaçava é uma evolução da atividade que antes se restringia a descascar e ‘pentear’ a palha

Com apoio técnico da Embrapa, região ganha o maior campo experimental

Para aprimorar o plantio tradicional, a entidade buscou o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que passou a oferecer apoio técnico e a fornecer manivas (talos de mandioca utilizados como mudas) adequadas ao solo da região. O resultado foi a implantação de um Campo de Experimentação de Mandioca em Tancredo Neves que hoje é o maior do país, com mais de 100 variedades pesquisadas.

A produtividade média local, que antes era de 8 toneladas/hectare, alcança atualmente 25 toneladas/hectare. A Cooptan produz diariamente 20 toneladas de farinha, dentro de rigorosos padrões de higiene e com tecnologias limpas. Também começam a engrenar o fabrico de ingredientes de ração e uma fábrica de fécula.

A prática extrativista do palmito está sendo substituída pelo cultivo da pupunha, espécie introduzida no Baixo Sul em 1983, que experimentou grande expansão a partir de 1996 em função da oferta de crédito. Apesar disso, a produtividade mantinha-se baixa, uma das preocupações da Cooperativa dos Produtores de Palmito (Coopalm).

MAIOR RENDIMENTO A entidade vem introduzindo novos tratamentos culturais, com tecnologia do Equador, e já apresenta rendimento de 7,2 mil plantas/hectare, frente à média de 5 mil do Baixo Sul. As hastes produzidas pelos 60 cooperados são beneficiadas pela empresa parceira Ambial e envasadas em 13 variedades com a marca Cultiverde, seguindo depois para os postos de venda dos parceiros varejistas.

“Recebemos pela venda do pote e não pela haste. O retorno é maior”, constata o cooperado Francisco dos Santos, de 43 anos, de Piraí do Norte, que reservou três hectares de sua propriedade para o cultivo da pupunha e não se arrepende. Segundo ele, meta-

de de sua renda mensal de R\$ 700 a R\$ 800 vem do palmito.

Na cadeia de piaçava, além de melhorar as condições de vida dos produtores, a Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da APA do Pratiği (Cooprapi), que reúne 67 famílias, tem trabalhado para resgatar a identidade quilombola, à qual pertence boa parte dos cooperados. Para isso, são estimuladas manifestações culturais como o canto, a dança, a religiosidade e a culinária, além da formação de jovens na Casa Familiar Agroflorestal.

Entre os que vivem da piaçava, a atividade antes se restringia a descascar e “pentear” a palha, um trabalho pesado e pouco rentável, geralmente realizado por mulheres. Agora, o produto é transformado em vassouras e escovas de qualidade e em cobertura de quiosques com tratamento anticombustível. Ao lado disso, está sendo reintroduzido o artesanato, com base no coco, na palha e na fibra da palmeira.

Há ainda planos para a implantação da produção de carvão ativado, de amido e da extração de óleo para as

indústrias farmacêutica e de cosméticos. Outras atividades também são estimuladas, especialmente as hortas comunitárias, a meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e a produção de defumados.

RAINHA DO ALFACE O capital humano é formado pela educação rural de qualidade, inclusive com a capacitação de educadores. Para isso foram criadas as Casas Familiares Rurais, do Mar e Agroflorestal, vinculadas, respectivamente, às cadeias produtivas da mandioca, palmito, aquíicultura e

Foto: Almir Bindilatti/Fundação Odebrecht



Foto: Almir Bindilatti/Fundação Odebrecht

Três gerações da família Rosário: mãe, filha e neta participam de projetos integrados de marisqueiros, pescadores e aquícultores



de mandioca de todo o país, com mais de 100 variedades pesquisadas

piçava, e a Casa Jovem. Esta última se dedica à preparação de professores de estabelecimentos públicos de ensino e ao desenvolvimento de uma tecnologia educacional orientada para o trabalho rural.

O projeto Casa Jovem mantém duas escolas que cobrem da Educação Infantil ao ensino de 2º grau, atendendo a crianças, jovens e adultos. Atualmente, mais de 930 estudantes dos municípios de Igrapiúna, Pirai do Norte e Ituberá freqüentam as aulas. No Colégio Estadual Casa Jovem, que abriga os cursos do Ensino Fundamental e do 2º Grau, os alunos dispõem de laboratórios de informática, biblioteca, auditório, cozinha industrial e quadra poliesportiva.

A educação ali ministrada é adaptada à realidade do campo e à promoção da cidadania, para que no futuro os adultos ali formados venham a ser donos de seus próprios destinos. Já as Casas Familiares são voltadas especificamente para a formação de jovens empresários rurais, agroflorestais e aquícolas. Foram concebidas como parte das cadeias produtivas, funcionando como a outra face de uma mesma moeda.

O ensino segue a chamada pedagogia da alternância, pela qual os alunos mesclam períodos de uma semana em regime integral, com aulas práticas e teóricas, com duas semanas de aplicação de conhecimentos na propriedade familiar, sob a orientação de um monitor. O entendimento é de que o jovem, pelo seu potencial para absorver o novo e transformar a realidade, é um poderoso agente de desenvolvimento, capaz de repassar conhecimentos para a sua família e a comunidade.

Incentivada pelo pai, Geiane Pereira de Macedo, 15 anos, matriculou-se na Casa Familiar Rural de Tancredo Neves. Acostumada a trabalhar com a família na agricultura e animada pelo apoio que recebeu, logo decidiu plan-



Foto: Eduardo Moody/Fundação Odebrecht

Cooperativa dos produtores de palmito promove a substituição da prática extrativista pelo cultivo da pupunha

tar uma horta com alface, coentro, beterraba e tomate. A ajuda dos orientadores fez com que a produtividade aumentasse rapidamente.

“Não imaginava que seria assim quando comecei. Vendemos toda semana, o ganho chega a R\$ 90. Hoje me chamam a Rainha do Alface”, diz a adolescente, compenetrada por conseguir produzir bem e ganhar o seu

próprio dinheiro. “O mais importante é que continuo estudando. Agora acredito mais no futuro”, completa.

MODELO BEM-SUCEDIDO Um dos problemas do Baixo Sul que mais chamaram a atenção desde a implantação do Programa foi a falta de acesso da população pobre à Justiça e à educação para a cidadania. Milhares de pessoas



Foto: Maria da Piedade Moraes/ipea

As palmeiras de dende, que deram o nome da região nos mapas turísticos, ganham novas técnicas de cultivo

Líderes dos projetos começam a ser substituídos por jovens da própria região

Foto: Eduardo Moody/Fundação Odebrecht



Entre as cadeias produtivas do Baixo Sul, a da mandioca é um exemplo de aprimoramento do plantio tradicional, adequando-o ao solo da região

nem “existiam” oficialmente – seu nascimento sequer fora registrado.

O DIS Baixo Sul instalou Balcões de Direitos para viabilizar a emissão de documentação civil básica e para a titulação de terras, além de promover atendimento jurídico e a inclusão

social de grupos vulneráveis. Mais de 100 mil atendimentos já foram realizados por esses balcões.

Outra conquista do DIS Baixo Sul foi a estruturação de Conselhos da Área Social, com a formação de 250 conselheiros para o exercício de suas funções. O programa também apóia a formação de associações de moradores, de fóruns municipais de cidadania e a realização de campanhas sociais.

Na área de proteção ambiental, o trabalho se concentra na APA do Prati-gi, considerada um dos maiores remanescentes de mata nativa do mundo. Com a participação da comunidade, estão sendo criados corredores de biodiversidade entre os três diferentes pólos ecológicos da APA e realizado um inventário de seus recursos naturais.

MODELO DE GESTÃO O modelo de gestão do DIS Baixo Sul, baseado na integração e sinergia entre o primeiro, segundo e terceiro setores, despertou o interesse do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, que no ano passado assinou um convênio com a Fundação Odebrecht para promover o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão do desenvolvimento e novas modalidades de governança participativa.

Como fruto dessa parceria, está

Foto: Almir Bindilatti/Fundação Odebrecht



A jovem Pedrina, em aula teórica na Casa Familiar Agroflorestal, mostra como o capital humano pode ganhar educação rural de qualidade

sendo construído o Centro de Estudos e Pesquisas em Governança Participativa, no município de Ibirapitanga. Outro resultado do sucesso da experiência – que anualmente é auditada pela PricewaterhouseCoopers – foi a outorga do Prêmio ODM Brasil 2007. Mas, apesar de bem-sucedido, o DIS Baixo Sul ainda enfrenta dificuldades e grandes desafios.

Um dos maiores é tornar as cadeias produtivas auto-sustentáveis – o que ainda não aconteceu, em grande parte pela falta de infra-estrutura física adequada para escoar os produtos com custos mais baixos. O lado bom é que os técnicos que inicialmente lideravam os projetos já começam a ser substituídos por jovens da própria região, formados nos primeiros anos do programa, que agora assumem a responsabilidade de conscientizar e desenvolver suas comunidades. **i**

Entidades locais que coordenam e integram os projetos do DIS Baixo Sul

- Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (Ides) – ações com foco nos capitais humano e social
- Associação Guardiã da APA do Prati-gi (Agir) – apóia as iniciativas para o fortalecimento do capital produtivo
- Organização de Conservação de Terras (OCT) – desenvolve e monitora projetos para promoção do capital ambiental

Para reduzir a desigualdade regional



Participação, comprometimento e integração de atores no território são premissas fundamentais para a transformação das iniciativas do desenvolvimento regional, mas é mister que a gestão do fundo seja pautada por novas práticas gerenciais, transformando-se radicalmente o processo vigente

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), proposto pelo governo federal no âmbito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária como o principal instrumento financeiro para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), receberá 4,8% da arrecadação do Imposto de Renda, do IPI e do novo IVA-E, ante os atuais 4,1% da arrecadação destinados exclusivamente ao financiamento do setor produtivo, o que significa um acréscimo anual de 0,7 ponto percentual ao longo de oito anos. O valor anual sobe de R\$ 7,9 bilhões para R\$ 9,2 bilhões para aplicação não só no financiamento do setor produtivo, mas também em programas de desenvolvimento e em fundos estaduais. A proposta assegura 95%, no mínimo, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e pelo menos 60% dos recursos para programas de financiamento ao setor produtivo nessas três regiões.

Os programas de financiamento continuarão a atender clientes de todos os portes e de todos os setores da economia. Em relação aos programas de recursos não-reembolsáveis – um benefício econômico e social para as áreas menos desenvolvidas do país. O impacto positivo dos investimentos em infra-estrutura econômica e social torna esse segmento um dos principais itens de financiamento do novo fundo. Da mesma forma, o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento, a programas de educação profissional e ao fortalecimento da infra-estrutura de tecnologia representará importante reforço ao aumento da produtividade.

Recursos serão priorizados para governança e fortalecimento institucional das unidades administrativas, o que, além de induzir a apresentação de projetos ao fundo, contribuirá para o sucesso da execução. Alguns pontos ainda não estão definidos na PEC e deverão ser objeto da Lei Complementar regulamentadora do FNDR, com destaque para:

a) a divisão do percentual máximo de 40% dos recursos do FNDR entre as transferências a fundos de desenvolvimento dos estados e os programas de desenvolvimento econômico e social;

b) maior aderência dos fundos estaduais à PNDR, bem como a definição de critério de rateio

de recursos entre cada estado, além das finalidades adicionais àquelas já constantes da PEC;

c) a distribuição macrorregional dos recursos, de forma que nenhuma das três regiões incentivadas passe a ter menos recursos do que já tem hoje (mantida a proporção atual, os 95% destinados às três regiões seriam distribuídos da seguinte forma: 60% para o Nordeste, 25,4% para o Norte e 14,6% para o Centro-Oeste, restando fazer a divisão dos 5% entre Sul e Sudeste);

d) o tratamento a ser dado ao estoque de R\$ 42,4 bilhões dos fundos constitucionais e de desenvolvimento, para que esses recursos continuem integralmente disponíveis para financiamento do setor produtivo;

e) o papel do Ministério da Integração Nacional (MI), das superintendências de desenvolvimento e das instituições financeiras, que deverá abranger o estabelecimento das diretrizes e prioridades e a programação, a operacionalização, o acompanhamento da execução dos projetos e a avaliação de resultados;

f) a referência territorial para aplicação dos recursos dos programas de desenvolvimento – o critério da PNDR considera as diferenças de renda e dinamismo das microrregiões apontadas; e

g) a natureza do FNDR – a PEC sinaliza um fundo financeiro, uma vez que está vinculado diretamente à arrecadação, da forma que ocorre com os fundos constitucionais.

A criação do FNDR é coerente com a prioridade que a temática requer. Entretanto, criar o fundo, por si só, não garante a redução das históricas desigualdades regionais. Para tal, um conjunto de atributos precisa estar vinculado à proposta. Se, por um lado, aspectos como participação, comprometimento e integração de atores no território são premissas fundamentais para a transformação das iniciativas do desenvolvimento regional, é mister que a gestão do FNDR seja pautada por novas práticas gerenciais, transformando-se radicalmente o processo vigente.

Henrique Villa da Costa Ferreira (foto) é secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional (MI) e **Antônio Roberto Albuquerque Silva** é diretor de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da SDR/MI

Modelagem climática

Supercomputador do Inpe processará a 15 teraflops

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vai receber, no primeiro semestre de 2009, no primeiro semestre de 2009, um novo supercomputador para a modelagem climática. O equipamento, no valor de R\$ 37 milhões, foi adquirido com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O novo sistema terá capacidade de processamento de 15 teraflops – 15 milhões de operações matemáticas por segundo – e incluirá o Brasil na lista dos países mais bem equipados para a modelagem climática. Pelo menos um terço do seu tempo de uso estará reservado para projetos apoiados pelo Programa Fapesp de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG).



Foto: Stockport

Física nuclear

Brasileiros participam de experimento inédito

Foto: Peter Ginter



O Large Hadron Collider (LHC), um acelerador de prótons instalado num túnel de 27 quilômetros de comprimento no subsolo da fronteira da França e Suíça, foi acionado no dia 10 de setembro. Dentro desse túnel, dois feixes de prótons serão acelerados em tubos de vácuo a 99,99% da velocidade da luz. Um correrá no sentido horário e outro, no sentido anti-horário, sempre paralelamente, cruzando-se em apenas quatro pontos. A cada colisão, serão geradas

partículas analisadas pelos detectores que poderão dar respostas sobre componentes da matéria, seu funcionamento, sobre massa de partículas, entre outras. O projeto – construído pelo Centro Europeu de Física de Partículas (Cern) ao longo de 20 anos a um custo de US\$ 8 bilhões – contou com a participação de físicos brasileiros por meio de um convênio entre o Cern e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), firmado em 2006.

Mudanças climáticas

Fapesp lança programa de pesquisas de R\$ 100 milhões

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) lançou o Programa Fapesp de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG) para estimular estudos sobre o clima por um período de dez anos. Os recursos somam R\$ 100 milhões, que poderão ser complementados por outras agências de fomento à pesquisa. O programa inicia com dois editais de pesquisa no valor de R\$ 16 milhões. Um vai apoiar pesquisas voltadas para a avaliação do impacto das mudanças no funcionamento dos ecossistemas, com ênfase em biodiversidade e nos ciclos de água, agricultura e pecuária, entre outros. O outro reunirá cientistas para desenvolver um modelo climático global com o auxílio do supercomputador que será instalado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).



Foto: Sxc.hu

Fundos setoriais

CNPq apóia infra-estrutura fora do Sul-Sudeste

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou edital que destinará R\$ 30 milhões para promover a manutenção e o fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo. O objetivo do edital é promover a qualificação de recursos humanos e melhorar os programas de pós-graduação e a distribuição regional dos núcleos de pesquisas no país. O objetivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é promover o fortalecimento de grupos de pesquisa e a consolidação de programas de pós-graduação de mestrado e doutorado, estimulando parcerias de grupos de cursos não-consolidados, somente das regiões estabelecidas pelo edital, com grupos de pesquisas de cursos consolidados de qualquer região do país. Os recursos são provenientes dos fundos setoriais de Infra-Estrutura (CT-Infra) e de Petróleo e Gás (CT-Petro).

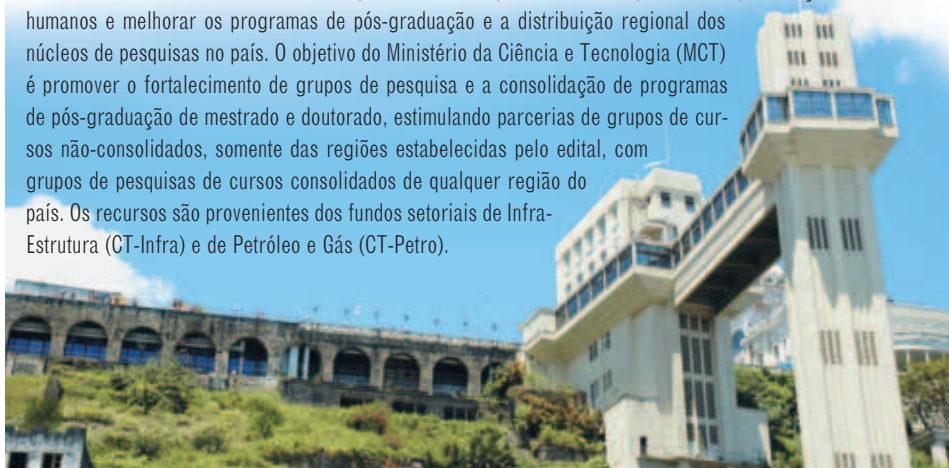


Foto: Stockport

Fundo do mar

MCT compra navio para Programa Antártico Brasileiro

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), está investindo R\$ 69 milhões na compra de um navio polar que servirá de apoio ao Programa Antártico Brasileiro. A embarcação Ocean Empress é de origem norueguesa e sua aquisição pela Marinha do Brasil deverá ser concluída nos próximos meses, com previsão para entrar em operação daqui a 18 meses. Um estaleiro na Alemanha está equipando o navio com avançadas tecnologias para pesquisa oceanográfica. Entre as inovações que serão adaptadas ao navio está um conjunto de sensores que permite captar imagens do fundo do mar e depois processá-las de maneira tridimensional, o que torna possível a análise, em detalhes, de objetos e de toda a geologia marinha. O Ocean Empress contará ainda com equipamentos para a coleta de água, areia e lama no fundo do mar, além de um sistema de posicionamento dinâmico capaz de manter a embarcação parada em um determinado local, mesmo em condições de tempo e vento desfavoráveis, permitindo uma coleta de dados mais precisa. O navio contará com cinco laboratórios para pesquisa, capacidade para 106 pessoas e autonomia de 90 dias em alto-mar.

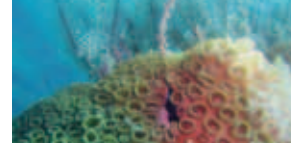


Foto: Sxc.hu

Campo gravitacional

Agência Espacial Européia mapeia o perfil da Terra

A Agência Espacial Européia (ESA) lança em outubro o satélite Gravity field and steady-state Ocean Circulation Explorer (Goce), que tem como objetivo mapear com precisão o geóide da Terra. Trata-se da mais completa missão já organizada para investigar o campo gravitacional e registrar a forma referencial do planeta com resolução e exatidão sem precedentes.

O Goce utilizará um foguete russo Rockot para se posicionar em órbita. O satélite pesa uma tonelada e carrega um conjunto de seis acelerômetros de alta sensibilidade que medirão os componentes do campo gravitacional terrestre em seus eixos. Os dados coletados serão usados para fornecer um mapa de alta resolução do geóide e das anomalias gravitacionais.

Saúde pública

Novo teste facilita identificação da esquistossomose

O Instituto de Tecnologia em Imunológicos (Biomanguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desenvolveu um novo produto da sua linha de reativos para diagnóstico. O Helm Teste, utilizado para exames parasitológicos de fezes, utiliza tecnologia do método Kato-Katz, que dispensa luz ou qualquer outro acessório na preparação de lâminas que podem ser conservadas em temperatura ambiente por um período de até dois anos, desde que conservado em lugar seco, fechado e protegido de insetos. Com essas características, o teste poderá ser utilizado em regiões distantes do país, sem infra-estrutura laboratorial. De acordo com a Fiocruz, o Helm Teste possibilita melhor diagnóstico e controle de qualidade das lâminas, além de facilitar o preparo e o exame parasitológico e a identificação mais rápida da incidência de enfermidades como a esquistossomose.



Foto: Sxc.hu

Uma reflexão sobre economia ecológica

O *Ecologismo dos Pobres* estimula o debate em torno dos motivos da proteção ambiental. De autoria de Joan Martinez Alier, que redigiu também prefácio para a edição brasileira, o livro inventaria, classifica e problematiza as correntes do ecologismo. Identifica motivos de percepção ingênua e faz um *culto à vida silvestre*. Apresenta segunda vertente, que prega um *evangelho da ecoeficiência*, em favor do *desenvolvimento sustentável*. Identifica um terceiro grupo, vinculado à *justiça ambiental* e ao *ecologismo dos pobres*, e que é ativo nos conflitos ecológicos distributivos. Nesse último grupo poderíamos inserir Chico Mendes e sua luta pelos seringueiros do Acre.

O *culto à vida silvestre* é leitura do problema ecológico centrada na preservação pura e simples de natureza idílica. Não se pronuncia sobre a industrialização e a urbanização; propõe uma *bambificação* da natureza. O *credo da eficiência* ocupa-se de problemas de manejo sustentável, do uso prudente dos recursos naturais; a internalização das externalidades negativas é o mote desse pragmatismo ambiental. O *ecologismo popular* dispensa o discurso ambientalista convencional, preocupado que está com problemas de sobrevivência e de vida decente.

O *ecologismo popular* propõe reflexão sobre uma economia ecológica. Questiona-se lugar comum de péssimo gosto, e que insiste que muitas vezes se

é muito pobre para se ser verde. Martinez defende visão sistêmica das relações entre economia e meio ambiente, sem cair na pieguice do ambientalismo escatológico. Engendra meios de traçar um *perfil metabólico* das economias, a partir de conflitos ecológicos distributivos e respectivos discursos de valoração. Teorizam-se o consumo e o modo como a desmaterialização das economias, a ecologia industrial e a aplicação na economia das empresas influem na macroeconomia ecológica. O ecologismo popular ocupa-se também dos *impostos pigouvianos*, especialmente com base na tese de Salah El Serafy, para quem é necessário que se *esverdeie o PIB*; isto é, as rendas provenientes da comercialização de um recurso não renovável devem ser apenas parcialmente alocadas no montante do PIB, desprezando-se a descapitalização que decorre da perda do capital natural não renovável.

Martinez retoma temas da literatura marxista, a exemplo do *fetichismo das mercadorias*, avançando para um *fetichismo de mercadorias fictícias*, que decorre de métodos de valoração contingente. Martinez procura fortalecer nexos entre marxismo e economia ecológica. Conceitos de *mochila ecológica*, *capacidade de carga* e *pegada ecológica* são ilustrados com casuísimo muito rico, a exemplo dos movimentos de justiça ambiental, nos Estados Unidos e na África do Sul. O *superfund*, tal como

engendrado pela criatividade normativa norte-americana, assemelha riscos incertos a passivos ambientais. A dívida ecológica, que fraciona o mundo em *norte e sul*, qualifica historicamente um intercâmbio ecologicamente desigual. É nesse campo que Martinez pretende que nós pobres transitemos.

O *ecologismo dos pobres* é movimento que se opõe à carnicultura. Defende manguezais. Opõe-se à captura de tartarugas, à mineração desordenada do ouro, à prospecção megalomaniaca do petróleo, à biopirataria. Plantações não são florestas. O conhecimento local não é monopólio dos laboratórios; não há direitos indiscutíveis para a simplificação da complexidade.

Nesses tempos de literatura de ambientalismo apologético e oportunista, o livro de Martinez é aviso e convocação. Convoca para que se problematize o meio ambiente em dimensão contemporânea e não futuroológica. E avisa que nesse campo não há espaço para a digressão imaginária de um mundo que não existe mais. Ensina-nos, porém, que *nunca é tarde para se ser verde*.

Araldo Sampaio de Moraes Godoy



O Ecologismo dos Pobres

Joan Martinez Alier

Tradução: Márcio Waldman

Editora Contexto, 2007, 384 páginas, R\$ 53,00

Estudos regionais voltam à corrente principal da ciência econômica

Nas últimas décadas, os estudos de economia urbana e de economia regional ocuparam um papel secundário no *mainstream* das ciências econômicas. Os principais fatores da descrença ou da pouca atratividade desses estudos estavam relacionados à necessidade de se abandonarem pressupostos dominantes como retornos constantes de escala e competição perfeita. Além do mais, os estudos associados à economia regional e urbana se caracterizam por uma forte interdisciplinaridade, atravessando diversos campos do conhecimento.

Mais recentemente, observa-se uma nova tendência no papel desses estudos. A mudança se torna perceptível nos trabalhos relacionados a teorias urbanas que ressaltam formas de economias de aglomeração em contraposição a deseconomias de aglomeração ou de congestionamento proveniente da concentração espacial das atividades. E novas teorias do crescimento econômico sobre a importância dos rendimentos marginais não-decrescentes para o capital e retornos constantes (no âmbito da firma) contribuem para explicar a taxa de crescimento da renda *per capita*.

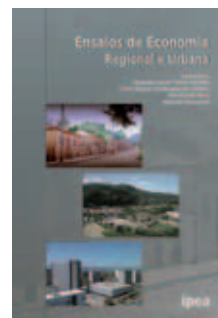
Pode-se citar uma variedade de modelos nessa linha de pesquisa: capital humano, acumulação de capital físico e infra-estrutura, investimentos em novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, criação e fortalecimento de instituições. Para contribuir com a evolução dos estudos aplicados à economia regional e urbana, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou este ano o livro *Ensaio de Economia Regional e Urbana* (disponível também em meio eletrônico no site da instituição).

Os textos apresentados buscam produzir uma visão integrada da economia brasileira, encadeando três pontos para discussão da economia regional e urbana. São eles: (1) urbanização, crescimento e bem-estar; (2) dinâmica da renda, mercado de trabalho e demanda por serviços públicos; (3) análise dos instrumentos de intervenção pública nas regiões. A essas três dimensões de discussão correspondem três seções separadas no livro.

A primeira seção aborda o sistema urbano do Brasil, marcado pela convivência de dois grupos distintos: a extrema pobreza mora lado a lado da concentração de riqueza. Os textos dessa seção elucidam algumas das medidas a serem adotadas pelos gestores públicos, a saber: aumentar a qualidade e oportunidade de emprego, aprovisionar condições de moradia mais adequadas, elaborar sistemas de informações para a eficiência de políticas públicas de prevenção e maior eficácia e amplitude na provisão de serviços públicos.

A gestão das cidades exerce um papel primordial neste cenário de crescimento populacional intenso. O aprofundamento dos problemas urbanos é apontado como uma das conseqüências de uma potencial má gestão, em que a maioria da população continuará vivendo em moradias inadequadas, sem direito de propriedade, sem provisão de serviços públicos, sem acesso a amenidades básicas e expostas à marginalidade e a áreas de risco de saúde pública. Favelas e criminalidade são relacionadas com a desigualdade de acesso.

A segunda seção do livro aborda as várias implicações do crescimento econômico no país, com foco nas alterações no padrão de desigualdade re-



Ensaio de Economia Regional e Urbana

Alexandre Xavier Ywata Carvalho,
Carlos Wagner Albuquerque, José Aroudo Mota
e Marcelo Piancastelli (organizadores)
Editora Ipea, 2008, 468 páginas, R\$ 19,00

gional, no fluxo migratório de pessoas de áreas estagnadas para outras mais dinâmicas e nos efeitos sobre o mercado de trabalho e a despesa pública. Para captar as inter-relações entre todos esses elementos, traz artigos que tratam do crescimento econômico comparado entre alguns municípios, do padrão de desigualdade nacional, do fluxo migratório, do mercado de trabalho rural e da demanda por serviços públicos locais.

A terceira seção do livro reúne um conjunto de cinco estudos voltados para a reflexão sobre políticas e instrumentos de desenvolvimento regional no Brasil ao longo do período (e/ou com ênfase) que se iniciou nos anos 1990 e até pelo menos o ano de 2003. Essa fase de adoção de reformas estruturais reflete-se na condução da política macroeconômica visando à ampliação da abertura comercial e liberalização financeira para o exterior como elementos atratores do investimento externo para o desenvolvimento.

Estanislaú Maria

INDICADORES

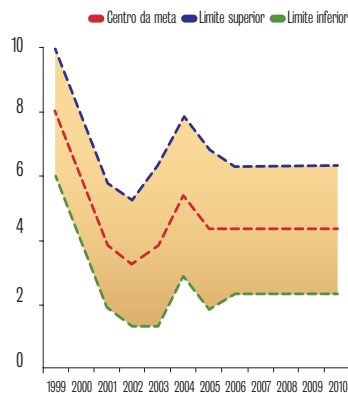
O que é?

Meta de inflação

O sistema de meta de inflação foi adotado pelo Brasil como principal diretriz de política monetária em junho de 1999. Desde então, seu cumprimento tem sido a principal função do Conselho de Política Monetária (Copom), formado pelo presidente e diretores do Banco Central (BC). A versão contemporânea da meta de inflação (*inflation targeting*) surgiu em 1990, na Nova Zelândia, e ganhou notoriedade dois anos depois, quando a Grã Bretanha a utilizou como uma alternativa para abandonar o sistema cambial europeu, mantendo a libra esterlina fora da zona do euro. O sistema também é adotado por Canadá, Suécia, Finlândia, Espanha, Coreia do Sul, África do Sul, Egito, Austrália, Israel, Chile, Colômbia e México. A solução típica para cumprir a meta, inclusive no caso brasileiro, é usar a taxa de juros. Por norma legal, se a meta não for atingida, o presidente do BC é obrigado a divulgar uma carta aberta dando os motivos do descumprimento. Isso já ocorreu algumas vezes.

Metas de inflação

Histórico das metas de inflação no Brasil (em %)



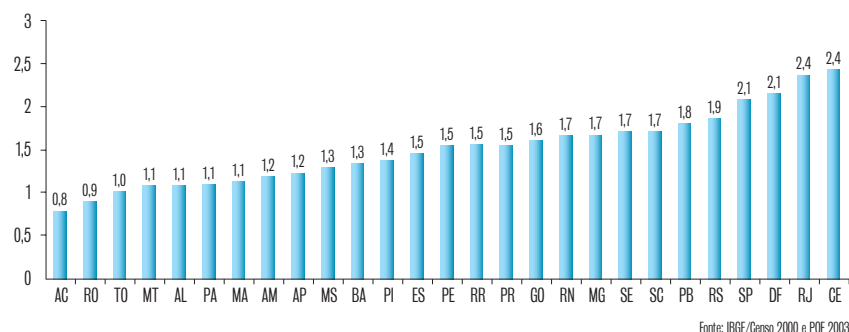
Fonte: Banco Central

Economia cultural

Uma atividade em franca evolução

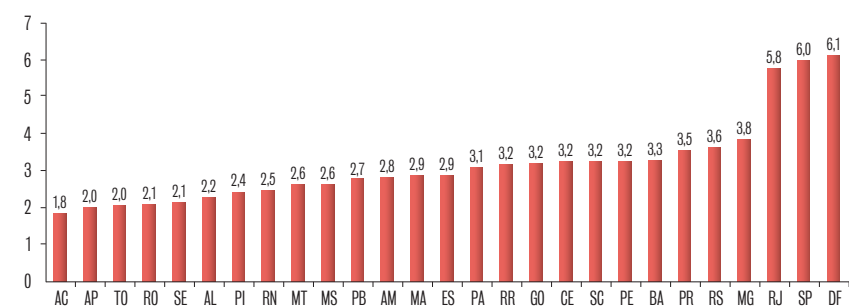
A Coordenação de Cultura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) está desenvolvendo duas pesquisas bastante reveladoras. A primeira é uma avaliação do Programa Cultura, Educação e Cidadania – Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura (MinC). A outra, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), compreende a construção de um indicador sintético de desenvolvimento da economia cultural dos municípios brasileiros. Os indicadores a seguir revelam por antecipação alguns aspectos das duas pesquisas, como a distribuição dos pontos de cultura por municípios e os temas por eles trabalhados. Os demais indicadores referem-se aos componentes do indicador sintético que está sendo construído.

Pessoal ocupado em cultura pela Classificação Brasileira de Ocupações, por UF (Em %)



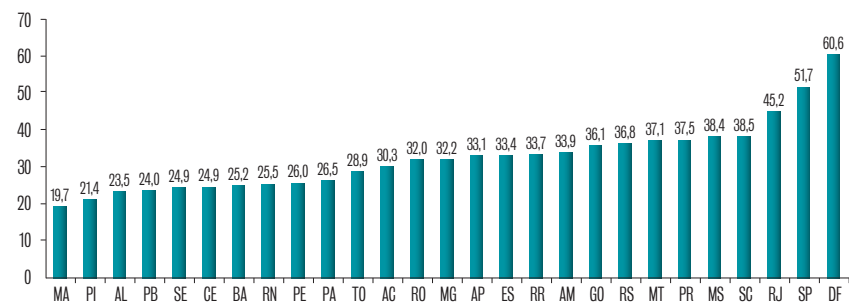
Fonte: IBGE/Censo 2000 e POF 2003

Pessoal ocupado no setor cultural, por atividades (Em %)



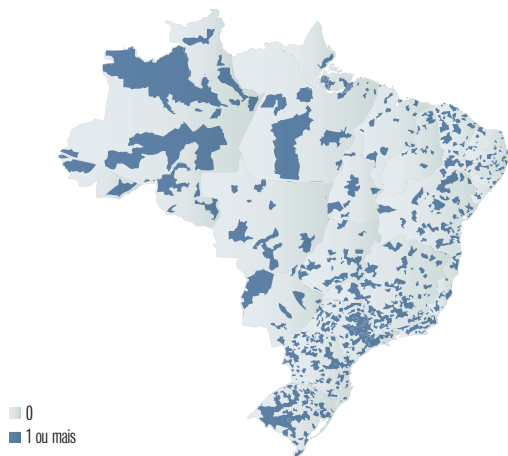
Fonte: IBGE/Censo 2000 e POF 2003

Consumo médio de cultura, por UF (Em R\$)



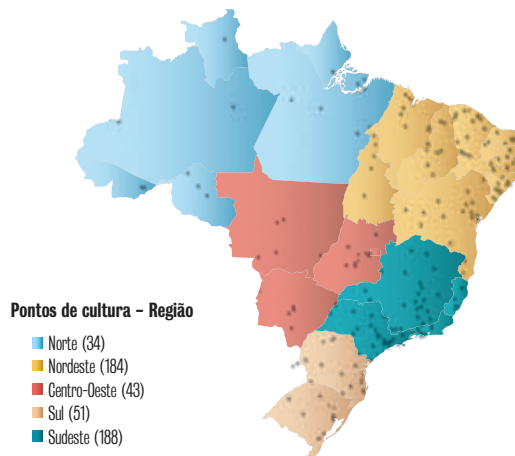
Fonte: IBGE/Censo 2000 e POF 2003

Municípios brasileiros com salas de teatro



Fonte: IBGE/Municípios 2001

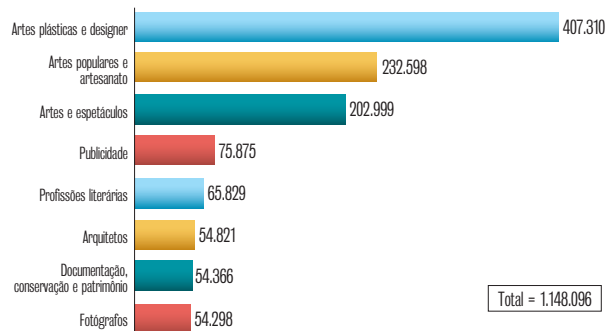
Distribuição geográfica dos pontos de cultura



Fonte: Ministério da Cultura

Pessoal ocupado em cultura pela Classificação Brasileira de Ocupações, por categorias

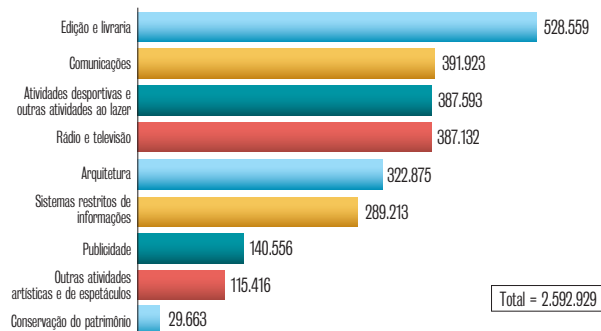
(Em unidades)



Fonte: IBGE/Censo 2000

Pessoal ocupado no setor cultural, por atividades

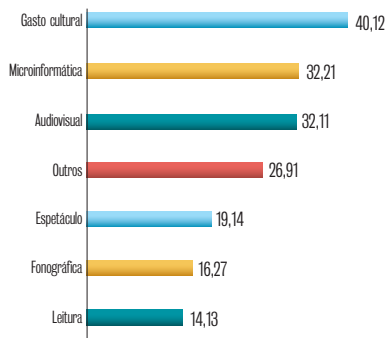
(Em unidades)



Fonte: IBGE/Censo 2000

Consumo médio de cultura (R\$), por domicílio consumidor

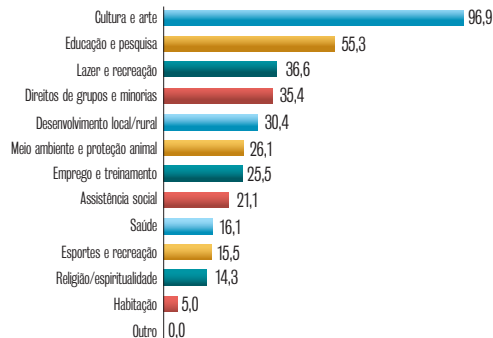
(Em R\$)



Fonte: IBGE/Censo 2000 e POF 2003

Temas trabalhados pelos pontos de cultura

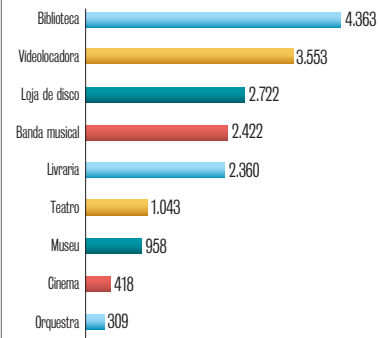
(Em %)



Fonte: Ministério da Cultura

Municípios com equipamentos de cultura, por UF

(Em unidades)



Fonte: IBGE/Municípios 2001

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 1515 - CEP: 70076-900 - Brasília DF



O presidente Lula nunca estudou formalmente economia, mas teve a sorte de esbanjar bom senso – no caso, boa vontade – para ouvir a parte dos interlocutores. Essa atitude me lembra a do jornalista Luiz Fernando Dutra em seu artigo de julho último da revista **Desafios do Desenvolvimento**, com o título “Um Sinal de Alerta, ou Não”. A quem interessar possa: a discussão sobre o déficit em contas correntes no balanço de pagamentos está na ordem do dia e Dutra aborda a questão com equilíbrio. É como ele escreve: “Dependendo de quem analisa, o déficit de US\$ 17,4 bilhões em transações correntes registrado no primeiro semestre deste ano é um sinal de alerta para a economia brasileira, ou não. Na ótica dos economistas do grupo que se preocupa com o déficit, a rápida deterioração das concorrentes externas brasileiras pode deixar o país exposto, a médio prazo, a novas crises cambiais, como as várias ocorridas nos anos 1980 e 1990. O grupo dos não-preocupados alega que o déficit agora é diferente dos registrados nas décadas pas-

sadas, quando a maior parte do problema se originava no pagamento de juros, mas agora a principal causa é o crescimento acelerado das remessas de lucros e dividendos das empresas para o exterior, que saltaram de US\$ 9,8 bilhões, no primeiro semestre de 2007, para US\$ 18,9 bilhões”. Dutra tem carradas de razão quando diz que o âmago da polêmica é a taxa cambial. Um real valorizado em excesso, segundo alguns, é a causa do crescimento descomunal das remessas e da diminuição do saldo da balança comercial. Vamos torcer para as decisões equilibradas.

Aloísio Bettancourt
Brasília/DF

Gostaria de parabenizar a revista **Desafios do Desenvolvimento** pela edição de junho de 2008. Os diferentes temas apresentados demonstram a preocupação da revista de analisar e debater vários aspectos do desenvolvimento, como tecnologia, educação, inserção internacional, gastos públicos, política e outros assuntos. Todos os artigos são de boa qualidade, oferecendo uma excelente leitura sobre os temas.

Carlos Mussi
Blumenau/SC

A entrevista com o professor Wanderley Guilherme dos Santos (revista **Desafios do Desenvolvimento** – Ano 5 – nº 44) é o tipo de abordagem com probabilidade

quase zero de aparecer na mídia comum. Por quê? Porque se trata de uma entrevista serena, propositiva e fundamentada. Vê deficiências nos programas do governo, porém, reconhece acertos, lembrando que, no caso das outras grandes nações em desenvolvimento, para o grande público, destacam-se apenas os acertos. As grandes mazelas ficam de fora. Parabéns pela entrevista.

Renato N. Rangel
Curitiba/PR

Sou leitor assíduo do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da revista **Desafios do Desenvolvimento**, que julgo uma publicação diferenciada das demais do gênero. Sou professor universitário de Economia e entendo ser esta revista uma fonte de pesquisa atualizada dos assuntos econômicos.

Pedro Luiz Todero
Palmas/PR

Ao acessar o site da revista **Desafios do Desenvolvimento**, encontrei temáticas que acho relevantes, que podem me ajudar dando informações que podem me dar suporte na construção de projetos de pesquisa e extensão. Sou servidor público federal do quadro efetivo da Fundação Universidade Federal do Amapá (Unifap) no cargo de administrador, lotado no Departamento de Planejamento.

Hênryo Hytallus da Silva Andrade
Macapá/AP

Sou doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e trabalho com o tema da pobreza e desenvolvimento local. Tenho muito interesse no material publicado pela revista **Desafios do Desenvolvimento** porque aborda temas importantes que dialogam com o meu campo de estudo e de trabalho.

Aline Accorssi
Porto Alegre/RS

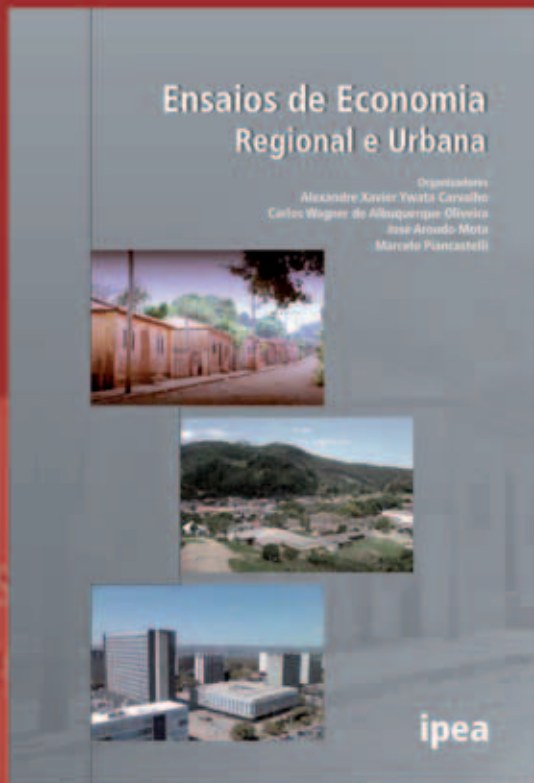
Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo. Lembramos ainda que em diversas edições anteriores tratamos de temas semelhantes às sugestões ligadas ao desenvolvimento sustentável, à biodiversidade e a negócios.



Acesse o conteúdo da revista *Desafios do Desenvolvimento* no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

Conheça as mais novas publicações do Ipea



Livraria do IPEA

Rio de Janeiro

Av. Pres. Antônio Carlos, 51
10º andar – Centro
(21) 3515-8522

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J
Ed BNDES – Térreo
(61) 3315-5336

Ou acesse www.ipea.gov.br

Lançamento

Planejamento e Políticas Públicas número 31



Já disponível na
Livraria do IPEA

Acesse gratuitamente no www.ipea.gov.br

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J
Ed BNDES – Térreo
(61) 3315-5336

Rio de Janeiro

Av. Pres. Antônio Carlos, 51
10º andar – Centro
(21) 3515-8522